



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 2142/2024

P. E. Nº.: 95/2024

ATA Nº.: 26/2024

## DECLARAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 95/2024/SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 2142/2024.

**OBJETO:** Futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, e assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

### **DECLARAMOS E ESCLARECEMOS QUE,**

Todas as bases de preço, orçamento, valores prévios e cálculos de média e Termo de Referência são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade dessa Comissão de Licitação, bem como do Pregoeiro abaixo mencionado.

Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou (conforme **00611/24**) não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

A divisão/separação dos lotes da mesma forma, foi efetuada pelo setor de compras da **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD** não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

O Tipo da Licitação (MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE) foi definido pela **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, conforme se extrai do **Processo Administrativo nº 2142/2024**.

Chupinguaia-RO, 07 de novembro de 2024.

**MOISES CAZUZA DE ANDRADE**

Pregoeiro



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 95/2024/SRP**

**MODO DE DISPUTA ABERTO**  
**EXCLUSIVO MEI, ME e EPP**

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Agente de Contratação, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 2701 de 04 de janeiro de 2024, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico** sob o nº **95/2024**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, EXCLUSIVO** para MEI, ME e EPP do Município de Chupinguaia e Região. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 2142/2024.**

**OBJETO:** Futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, e assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

**DA SESSÃO**

**INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:** 08:00 horas do dia 18 de novembro de 2024.

**LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:** 08:30 horas do dia 02 de Dezembro de 2024.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09:00 horas do dia 02 de Dezembro de 2024.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**LOCAL:** O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**EDITAL:** O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, à Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras – CPLMO, sito AVENIDA 27, 1133, CENTRO – CHUPINGUAIA – RO. Pregoeiro: MOISES CAZUZA DE ANDRADE. Fone/Fax: (69) 3346-1460 e [cplmochupinguaia@hotmail.com](mailto:cplmochupinguaia@hotmail.com).

**DA RETIRADA:** O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Chupinguaia – RO, 07 de novembro de 2024



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 2142/2024

P. E. Nº.: 95/2024

ATA Nº.: 26/2024

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2024/SRP.

**EXCLUSIVO MEI, ME e EPP**

C  
P  
L  
M  
O

### **AVISO**

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3346-1460.



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 2142/2024

P. E. Nº.: 95/2024

ATA Nº.: 26/2024

## EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2024/SRP.

EXCLUSIVO MEI, ME e EPP

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 2142/2024.

### 1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 1.1. PREÂMBULO:

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Pregoeiro, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 2701 de 04 de janeiro de 2024, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico sob o nº 95/2024**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, EXCLUSIVO** para MEI, ME e EPP do Município de Chupinguaia e Região. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

1.1.1. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

1.1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

#### DA SESSÃO

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: **08:00 horas do dia 18 de novembro de 2024.**

LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: **08:30 horas do dia 02 de Dezembro de 2024.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Às 09:00 horas do dia 02 de Dezembro de 2024.**

LOCAL: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) "Acesso Identificado no link – licitações públicas". Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF).**

1.1.3.1. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro aos licitantes;



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**1.1.3.2. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.**

## **1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo Nº **2142/2024**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

**2. DO OBJETO:** Futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, e assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

2.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico e as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital, prevalecerão às últimas;

**2.2. DO FORNECIMENTO Conforme estabelecido I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta, analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno. (Art. 18, inciso II):**

**2.2.1 – DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL/CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

### **01 – DO LOCAL E PRAZO;**

a) Os serviços constantes do OBJETO serão prestados no Município de Chupinguaia/RO, que abrange a Praça do Paço Municipal, e poderá abranger também a Praça da Entrada da Cidade, Praça da Cidade Alta, Praça da Igreja Matriz, conforme cronograma descrito abaixo.

b) Havendo necessidade, a Administração poderá solicitar uma reunião prévia com o fornecedor para planejamento da atividade.

c) O prazo de execução dos serviços, objeto deste Termo, será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço.

d) Os serviços devem iniciar em até 7 (sete) dias consecutivos após a expedição da Ordem de Serviço, caso haja alteração do cronograma pela Comissão de Fiscalização.

<div data-bbox="695 103 836 241" data-label="Image"> </div> <p style="text-align: center;"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>PREFEITURA DE CHUPINGUAIA</b>  <b>Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</b></p>	<p><b>PROC: 2142/2024</b></p> <p><b>P. E. Nº.: 95/2024</b></p> <p><b>ATA Nº.: 26/2024</b></p>
---	---

CRONOGRAMA: NATAL 2024		
ETAPA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PERÍODO
1ª	<b>Mobilização:</b> transporte de materiais, produtos, estruturas e pessoal necessários para a prestação do serviço de decoração natalina até a cidade de Chupinguaia/RO.	No prazo de até 07 (Sete) dias, contados da data do empenho ou assinatura do contrato, mediante requisição emitida por setor responsável. Podendo ser prorrogado uma vez por igual período desde que a empresa apresente justificativa aceita pela administração.
2ª	<b>Montagem e Instalação:</b> montagem dos enfeites, figuras luminosas, equipamentos, arranjos e ornamentos, assim como toda instalação elétrica necessária. Ao fim desta etapa todos os dispositivos devem estar em pleno funcionamento e aptos a receber o público da capital.	No prazo de até 07 (Sete) dias, contado da data do empenho ou assinatura do contrato, mediante requisição emitida por setor responsável. Podendo ser prorrogado uma vez por igual período desde que a empresa apresente justificativa aceita pela administração.
3ª	<b>Operação e Manutenção:</b> período de funcionamento de todos os enfeites, figuras luminosas, equipamentos, arranjos e ornamentos devem estar em pleno funcionamento durante todo o período.	A contar da data de recebimento da Instalação até 10/01/2025
4ª	<b>Desmontagem e Desmobilização:</b> desmonte dos enfeites, figuras luminosas, equipamentos e ornamentos, assim como a desmobilização de todas as estruturas. Ao fim desta etapa os locais que receberam as decorações natalinas devem estar exatamente como estavam antes das intervenções.	13/01/2025 a 18/01/2025

e) O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação;

f) O contrato a ser assinado entre as partes terá sua vigência a partir de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, observado o disposto no art. 84 caputs e parágrafo único da Lei 14.133/2021;

g) Os objetos deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- h) Os objetos/serviços prestados poderão ser supervisionados por uma Comissão a critério da secretaria, que terá, juntamente com a Requisitante, a incumbência de acompanhar e fiscalizar o serviço;
- i) O objeto/serviços contratado deverá ser entregue de forma integral conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições deste Termo de Referência, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir a completa segurança no transporte;
- j) Qualquer solicitação por parte da CONTRATADA deverá ser dirigida ou entregue ao âmbito da secretaria emissora das Nota de Empenho.
- k) Aceitos os objetos/serviços, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento;
- l) No caso de recusa dos objetos, será comunicado à empresa para que imediatamente se refaça os serviços ou objeto que não esteja de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato;
- m) O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.
- n) O quantitativo estimado dos serviços deverá ser executado, em consonância com as especificações, normas técnicas e anexos relativos aos itens deste Termo de Referência;
- o) Todos os elementos da Decoração Natalina deverá ter suas localizações e/ou alterações se necessárias de forma justificada, com aprovação antecipada pela Comissão de Fiscalização.
- p) Todos os materiais elétricos do projeto deverão funcionar na tensão de 220V;
- q) A contratação de todos os serviços constantes no Anexo I, acontecerá por meio de locação dos objetos e componentes necessários a decoração e estrutura, ficando a cargo e as expensas da licitante vencedora a remoção dos mesmos após o término das atividades festivas;
- r) A CONTRATADA deverá substituir em 24 horas pós-notificação formal do fiscal ou comissão de fiscalização do processo, toda e qualquer peça, elemento, componente e/ou objeto; defeituosa, danificada, furtada e sem funcionamento, durante o período de vigência do contrato, conforme especificação deste Termo.
- s) Os serviços deverão serem executados sob a responsabilidade de um (a) engenheiro (a) nomeado (a) pela contratada ou técnico (a) industrial, que acompanhará o andamento dos trabalhos, no prazo proposto.
- t) Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente toda a regulamentação aplicável, projetos, especificações, desenhos, detalhes e, ainda, as





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

normas da ABNT, respondendo por quaisquer falhas, atrasos e outras faltas, que deverão ser integralmente sanadas.

u) Caberá a empresa CONTRATADA as providências necessárias para o licenciamento dos serviços a executar se assim for a observância às legislações pertinentes à matéria.

v) O funcionário da empresa contratada deverá ser devidamente equipado com material de IPI conforme orientação das normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.

## **02 – DOS INSUMOS DE MÃO DE OBRA, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS.**

a) As especificações e respectivos quantitativos relativos ao custeio dos recursos estimados podem sofrer alterações de natureza técnica em razão de necessidades específicas relacionadas aos serviços descritos neste TERMO, não podendo representar alterações nos custos estimados, devendo a CONTRATANTE formalizar eventual alteração em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas à Contratada.

b) É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o treinamento, qualificação e quantificação dos recursos de mão de obra, equipamentos e instalações necessários aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências contidas neste Termo de Referência e Anexos, ficando sob sua responsabilidade os respectivos dimensionamentos.

c) Caso a fiscalização da CONTRATANTE constate que o profissional da CONTRATADA não tem a qualificação necessária, Cultura poderá exigir a substituição imediata da referida mão de obra.

d) A CONTRATADA deverá indicar e manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente às solicitações da Comissão de Fiscalização de Decoração Natalina.

e) Comparecendo semanalmente para prestar e/ou providenciar os esclarecimentos necessários. Para as demandas, que deverão ser atendidas no prazo de 24 horas, a SEMAD e a Comissão de Fiscalização comunicarão à Contratada por meio de telefone ou e-mail.

f) Caberá a CONTRATADA disponibilizar e manter estrutura física com dependências internas e instalações, incluindo almoxarifado.

g) Todos os materiais de uso corrente necessários à execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência serão fornecidos pela CONTRATADA, inclusive ferramentas, máquinas e equipamentos de proteção e segurança do trabalho (EPIs e EPCs), fazem parte das exigências deste TERMO.

### **2.2.2 – DA EXECUÇÃO**

a) É obrigação da empresa contratada entregar a SEMAD, até a data de início da Segunda Etapa Montagem e Instalação:





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

I – projeto elétrico contendo a carga individual de cada equipamento instalado, assim como a carga total de cada circuito;

II – projeto de estrutura metálica de cada figura luminosa existente no parque, devendo o item 2.7 Árvore de Natal Gigante possuir projeto independente. Os projetos devem ser assinados por profissionais habilitados e acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), juntamente com o LAUDO ESTRUTURAL E ELETRICO DAS ESTRUTURAS, conforme INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº. 44/2023 do CBM RO.

b) A empresa contratada, em conjunto com a comissão de fiscalização desta Secretaria, deve realizar vistoria inicial nos locais de atuação antes do início das atividades, de forma a constatar as condições em que cada espaço público ou edificação encontra-se. Ao término da quarta etapa, após a retirada de toda a decoração, os locais devem estar nas mesmas condições iniciais, registradas na vistoria, sendo qualquer despesa com material e mão de obra para reparos de gramado, paredes, postes, calçamentos e etc, de responsabilidade da empresa contratada.

### **2.2.3 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

O Prazo da Vigência da Ata de Registro de Preços será de 1(um) ano, conforme art. 84 da Lei n.º14.133/2021, contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico (AROM) de Rondônia e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

### **2.2.4 – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA**

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total do ou parcial objeto.

### **2.2.5 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- a) Prestação do serviço de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência;
- b) Os Serviços deveram ser prestados conforme a solicitação da contratante mediante envio de ordem de compra ou instrumento equivalente (nota de empenho, requisições etc.);
- c) Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
- d) A contratada deverá realizar a os serviços conforme cronograma expresso no item 10.1 do TR, e havendo necessidade, as CONTRATANTES poderão solicitar uma reunião prévia com o fornecedor para planejamento das atividades e horários mais adequados;
- e) Os equipamentos e os serviços de instalação deverão cumprir com as normas vigentes de segurança, bem como os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação, afim de evitar quaisquer problemas técnicos durante a realização do evento.
- f) A contratada deverá substituir às suas expensas, quantos equipamentos e /ou serviços forem necessários para a realização do serviço contratado, não se responsabilizando a contratante por eventuais prejuízos.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- g) Obter, quando necessário, todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com o ônus dos emolumentos previstos em lei;
- h) Manter um colaborador de plantão durante todo o período do evento apto para resolver quaisquer problemas que possam surgir durante a realização dos trabalhos, incluindo consertos emergenciais se for o caso;
- i) Substituir imediatamente qualquer empregado seu que se mostre inconveniente a qualquer pessoa envolvida no evento ou que se apresente ao trabalho em desacordo com as especificações dos serviços contratados.
- j) Todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto da presente contratação, são de responsabilidade única e exclusiva da contratada, respondendo o Município apenas e tão somente pelo pagamento dos serviços contratados.
- k) A contratada é a única e exclusiva responsável pelos acidentes/prejuízos advindos da presente contratação, devendo zelar, sempre, pelas normas de segurança do trabalho, assim como o uso de todo e qualquer material/equipamento que contribua para a segurança dos serviços, responde pelos danos causados diretamente a contratada e/ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- l) Manter o local de trabalho em ordem em toda a execução do serviço, e concluída a realização do evento, a área deverá ser entregue limpa e dispendida de quaisquer entulhos, equipamentos, e/ou restos de materiais inerente aos serviços prestados sob pena de não ser o serviço recebido como concluído pelo responsável do órgão requisitante.
- m) Deverá a contratada manter, durante a execução do objeto, compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) Estão incluídas no valor da contratação as despesas relacionadas com o transporte do item requisitado, tanto para instalação quanto para remoção, bem como os equipamentos necessários para instalação, como por exemplo estruturas metálicas e outros.
- o) Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
- p) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- q) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à entrega dos produtos/serviços contratados;
- r) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do presente objeto;
- s) Não será aceito em hipótese alguma, o objeto fora das especificações exigidas neste Estudo Técnico Preliminar;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

t) Caso não seja possível a execução do serviço na data prevista no cronograma de eventos, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### **2.3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (art. 84):**

O Prazo da Vigência da Ata de Registro de Preços será de 1(um) ano, conforme art. 84 da Lei n.º14.133/2021, contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico (AROM) de Rondônia e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

### **2.4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. Os registros de preços no âmbito do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia encontram-se regulamentados pelo Decreto Municipal nº 3.710/2011.

2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, fixado no art. 84, da Lei nº 14.133/21.

3. Será permitido o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/21, desde que obedecida as previsões legais do **DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 e suas alterações.**

4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.

4.1. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e aos Órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

### **2.5 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES (IN 6, DE 25 DE JULHO DE 2014 E ART. 27 DEC. 7.892/13).**

a) Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, em conformidade com a IN. 06/2014 e disposto no Art. 27 Decreto nº 7.892/2013, desde que obedecidas a prerrogativas legais dos Referidos Instrumentos Legais.

### **3 – ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE TERÃO DE SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS.**



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

3.1. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, deverão ser formuladas e anexadas no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), **(devendo mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo)**. Com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, para os pedidos de esclarecimentos, e 03 (três) dias úteis, para os pedidos de impugnação, antes da data fixada para a sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO, citada no Preâmbulo deste Edital.

3.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

3.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontarem falhas ou irregularidades ou não o fizer no prazo estipulado.

3.4. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de **adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, enviado no site oficial da licitação [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**.

3.3.1. **ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 55, § 1º da Lei Federal nº. 14.133/21 e art. 22, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

3.3.2. **NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

3.4. Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação, somente serão aceitos os que forem formulados no sistema, como serão divulgados através de publicação de Adendo Modificador ou Nota de Esclarecimento no site oficial da licitação [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Como também as solicitações de impugnações.

#### **4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. A participar nesta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, implica a aceitação, plena e irrevogável das normas constantes no presente Edital e dos seus anexos;

4.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deverá manifestar no Anexo II - Descrição Detalhada do Objeto, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

4.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

4.3. Poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto a documentação, conforme LC 123/06 e alterações dada pela LC 147/14;

*4.3.1. Motivados pela iniciativa de fortalecermos o mercado local/municipal nos certames será dada a preferência as MEI, ME e EPP, sediadas local/municipal em conformidade com Art. 48 §3 da LC 147/06 e regulamentado nos textos do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de Outubro de 2015, entretanto, caso não haja participantes dados como vencedores deste município será dada preferência aos participantes considerados Regionais, para isso na intenção de abranger a “regionalidade” com possibilidade de participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual – MEI das cidades vizinhas, no raio de até 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros), não havendo participantes deste município e ou que se enquadre como regional serão consideradas as demais participantes. Conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024.*

4.3.2 Ainda, informamos que nosso edital não impede a participação de nenhuma empresa fora desse raio delimitado, uma vez que tais são fundamentais.

4.4. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

4.5. Será concedida prioridade de contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local até o limite de dez por cento do melhor preço válido apresentado pelas empresas não local, em situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local sejam superiores ao menor preço;

4.6. Na hipótese da não contratação da microempresa empresas ou pequeno porte sediadas local, a prioridade passa para as empresas das regionais, conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024 até o limite de dez por cento do melhor preço válido em situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas regionais de Chupinguaia – RO sejam superiores ao menor preço das empresas remanescentes que porventura se enquadrem como ME ou EPP fora da região de Chupinguaia em ordem classificatória;

4.7. Entende-se por local as empresas MEI's, ME ou EPP's, sediadas no Município de Chupinguaia – RO;

4.8. Entende-se Regional as empresas sediadas nas proximidades de Chupinguaia – RO, conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024;

4.9. O objeto será adjudicado a favor da microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local quando a proposta estiver no limite de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido das demais empresas;

4.10. Na hipótese da não adjudicação do objeto às microempresas ou a empresa de pequeno porte sediada local, a prioridade passa para a empresa mais próxima no que se considera regional, conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024, considerando o limite de até 10% (dez por cento);





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

4.11. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem como ME ou EPP fora das Microrregiões de Chupinguaia – RO em ordem classificatória.

4.12. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [Art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**4.13. Não poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

4.13.1. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.13.2. Que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.13.3. Que estejam constituídas sob a forma de Consórcio;

4.13.4. Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

4.13.5. Estrangeiras que não funcionem no País;

4.13.6. Que tenham sido consideradas inidôneas por quaisquer órgãos governamentais, autárquicos, funcionais ou de economia mista;

4.7. A participação nesta Licitação, importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recurso. A não observância destas condições ensejará na sumária desclassificação da proponente.

**5 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO.**

5.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes em qualquer PREGÃO na forma ELETRÔNICA;

5.3.1. Apresentar juntamente com o exigido **no item 11.8** deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

5.3.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento, através da apresentação da cópia de sua cédula de identidade e de



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular **(com firma reconhecida em Cartório)**, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

5.3.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, este deverá apresentar cópia de sua cédula de identidade e cópia do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem como representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**5.3.4. Apresentar juntamente com o item 5.3.1, Contrato Social, em vigor, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta Licitação;**

5.3.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.3.4.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. Os documentos para credenciamento, exigidos no item 5.3 e seus subitens, deverão ser apresentados com cópia autenticada em cartório competente;

5.5. O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório;

5.6. A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisão tomada pelo Pregoeiro e aceitas pelas licitantes presentes;

5.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.1. A não declaração do item 5.7, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

5.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Pregão, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

6.2. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.2.1. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

6.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

6.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

6.5. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.6. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

6.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

6.11. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**6.12. Nas Propostas de Preços REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:**

6.12.1. Preço total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso II, do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/21, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

6.12.2. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, ICMS, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.13. A proposta de preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.14. O Pregoeiro verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**7 – DA SESSÃO PÚBLICA**

7.1. A partir das **09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) do dia 02 de Dezembro de 2024**, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a Sessão Pública do presente PREGÃO ELETRÔNICO, com a divulgação das propostas de preços, recebidas em conformidade com o item 6.8 e seus subitens, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), conforme estabelecido no Sistema Eletrônico.

7.3. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente)**, DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.4. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem **desclassificadas** do certame pelo pregoeiro.

7.5. Os lances serão realizados em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 no modo de disputa **ABERTO ou ABERTO e FECHADO**, conforme definido nos Artigos 31, 32 e 33 e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET.

7.5.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

7.5.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.5.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.6. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

7.7. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.8. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

7.10. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.11. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.13. Após encerrada a fase de lances, as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, as quais declararão, em campo próprio do sistema, ao inserir suas propostas de preços serão convocadas através do próprio sistema, conforme Lei Complementar nº 123/06.

## **8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante via chat no sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

8.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **09 - DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

9.1.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

9.1.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não – digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.1.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.1.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

## **10 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

10.1. O critério de julgamento das propostas será de **MENOR PREÇO POR LOTE**, e o tipo da licitação será o de **MENOR PREÇO** devendo o Pregoeiro, realizá-lo em conformidade com o tipo da licitação e os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório, e em sessão ou reunião do Pregoeiro e Equipe de Apoio, que poderá, a seu critério, solicitar auxílio e assessoria de pessoal qualificado do quadro de servidores do município ou externos a ele;

10.1.1. O julgamento da proposta de preços no site dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital;

10.1.2. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor para o lote.

10.2. Será efetuada a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório e com os preços correntes no mercado, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

10.3. O resultado do julgamento estará a disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório. Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo;

10.4. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, proceder à promoção de diligência ou verificações, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

10.5. Não será motivo de desclassificação, simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços que não venham causar prejuízo para a Administração Pública, e nem firam os direitos dos licitantes.

## **11 – DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA(S) LICITANTE(S) DE MENOR(ES) LANCES**

11.1. O licitante deverá anexar no sistema de licitação [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá.

11.1.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto prevalecerão as descritas no ANEXO II (modelo de carta proposta);

11.1.2. Os licitantes que enviarem os documentos de habilitação no [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) com autenticação online e assinatura digital não será necessário o envio pelos correios.

11.2.1. Os licitantes que não apresentarem nos termos do item anterior deverá quando solicitado pelo pregoeiro enviar documentos originais e/ou cópia autenticada em cartório da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação feita pelo pregoeiro via chat de mensagem, com tolerância de 01 (um) dia por motivos fortuitos, sob pena de desclassificação da empresa. Para o endereço sito a Prefeitura de Chupinguaia – Setor de Licitação (CPLMO); situado na Avenida Valter Luiz Filus, 1133, Centro – Chupinguaia – RO, Fone (69) 3346-1460, A/C Pregoeiro ou Equipe de Apoio;

11.2.2. Em todas as folhas, o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas que já tenham impressa essas informações, preferencialmente com índice indicando o número de páginas e respectivo conteúdo, todas as folhas sequencialmente numeradas;

11.3. Os dados do Representante Legal, preferencialmente, conforme modelo apresentado no **ANEXO IV** deste Edital.

### **11.4. As propostas de preços deverão conter sob pena de desclassificação:**

#### **11.4.1. Indicação da exigência dos itens 2.2.**

11.4.2. As propostas devem conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos materiais ofertados,





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

constando os quantitativos e valores unitários e totais, bem como a marca e modelo, conforme modelo contido no **ANEXO II** deste Edital;

11.4.2.1 - A não informações como **marca** e **modelo** e outros elementos que identifiquem e constatem as configurações cotadas, **será motivo de desclassificação.**

11.4.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura deste Pregão;

11.4.4. Preço unitário e total, de acordo com o preço praticado no mercado (valor fixo, irrevogável, de acordo com a legislação em vigor), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

11.4.5. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

11.4.6. O licitante deverá incluir no preço do serviço ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS, considerando para todos os efeitos fiscais, a Prefeitura de Chupinguaia, na condição de comprador final.

11.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, as disposições deste instrumento convocatório;

**11.6. Serão considerados inadequados, desta forma desclassificados, preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas;**

11.7. A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

11.8. A proposta de preços, contendo as exigências do item 11 e seus subitens deste edital, atualizada com o último lance, deverá ser enviada no prazo máximo de até 02 (duas) horas, **sob pena de desclassificação**, via upload no portal da licitação [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

11.9 Não serão considerados propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento convocatório.

11.10 As propostas de preços apresentados fora da data e horário previsto no subitem 11.9, ou aquele estabelecido no CHAT MENSAGENS, deste instrumento convocatório, não serão recebidos.

11.11. O envio da proposta de preços vinculará o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações com inerentes ao certame.

## **12 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

12.1. A(s) licitante(s) declarada(s) como vencedora(s) do menor lance devera(ão) enviar no prazo de até 02 (duas) horas, (sob pena de inabilitação), via upload no portal da licitação



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) a documentação de habilitação, a seguir elencada, juntamente com os exigidos no item 11 e seus subitens.

12.2. A(s) licitante(s) deverá (ão), apresentar sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo mencionados.

**12.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:**

- a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); endereço eletrônico: [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)

12.3.1. As certidões que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo Pregoeiro, se emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela INTERNET, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico;

12.3.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art.42 da Lei Complementar nº. 123/2006;

12.3.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC 123/06, art.43, alterada pela LC 147/14);

12.3.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.3.2.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.

**Observação:**

*A Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte estabeleceu a definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, a saber: 11*



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

*“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:*

*I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);*

*II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e Oitocentos mil reais). (...)*

*§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:*

*I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;*

*II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;*

*III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*

*IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*

*V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*

*VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;*

*VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;*

*VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;*

*IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; 12 X – constituída sob a forma de sociedade por ações.”*

12.3.2.4 O licitante deverá anexar no sistema de licitação , os documentos de habilitação e proposta final até o horário limite para o encerramento do envio.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

*OBS.: Se a documentação de habilitação e proposta não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, ou ainda não cumprir os prazos estabelecidos neste subitem, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO, sem prévio aviso.*

12.3.2.5 A documentação de habilitação enviada terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando, e foi devidamente convocada.

12.3.3. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante via chat no sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

12.3.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta

#### **12.4. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 64, § 2º, da Lei 14.133/21 **(Anexo V)**;
- b) Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 **(Anexo VI)**;
- c) Contrato Social ou outro instrumento equivalente, em vigor; para comprovar o ramo de atividade da referida empresa, a qual deverá ser compatível com o objeto desta licitação; **(autenticada em Cartório ou cópia acompanhada com original para autenticação pela equipe de apoio)**, e,

01 – Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

02 – No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

#### **12.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- a) Certidão (ões) Negativa (a) de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor (es) de sua sede,** expedida nos últimos 30 (trinta) dias; se o licitante não for sediado no Estado de Rondônia, a(s) certidão(ões) deverá(o) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionado o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordatas).

**12.6 – RELATIVOS Á QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) A empresa fornecedora deve apresentar a CPLMO, as documentações necessárias, conforme constam o Edital a ser publicado.
- b) Declaração formal do Licitante, sob as penas da lei, informando que disporá de equipamentos e dispositivos, adequados e compatíveis para a execução dos serviços e com as determinações constantes neste Edital e seus anexos.
- c) Declaração expressa, sob as penas da lei, de que a licitante se responsabilizará por quaisquer danos causados à Contratante, em razão de ações ou omissões, mesmo que involuntárias.
- d) Comprovação de registro ou inscrição da licitante (Pessoa Jurídica) e de seus responsáveis técnicos (Pessoa Física) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade;
- e) Apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, para fins de habilitação.
- f) CERTIDÃO DE REGISTRO do profissional Responsável Técnico, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA (Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico ou outros legalmente habilitados); ou Conselho dos Técnicos Industriais CFT (Técnico em Eletrotécnica, Eletrônica, Mecatrônica ou Eletromecânica, devidamente atualizada e dentro do prazo de validade.
- g) Engenheiro Eletricista ou outro profissional que legalmente possa substituí-lo, com registro ativo junto ao conselho profissional competente, que possua Certidão de Acervo Técnico emitida por qualquer uma das regiões do conselho profissional competente comprovando a execução de serviços elétricos em redes de baixa tensão em áreas externas e aterramento da ornamentação natalina;
- h) Engenheiro Mecânico ou outro profissional que legalmente possa substituí-lo, com registro ativo junto conselho profissional competente, que possua Certidão de Acervo Técnico emitida por qualquer uma das regiões do conselho profissional competente comprovando a execução de serviços com estruturas metálicas verticais de complexidade compatível com o objeto licitado. O profissional será responsável tecnicamente por todas as estruturas metálicas da ornamentação natalina, com enfoque no item ÁRVORE DE NATAL.





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

i) Para fins de cumprimento da qualificação técnica profissional não será exigido quantitativo mínimo.

j) A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ou pertencerá ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

I – Carteira de Trabalho;

II – Certidão do CREA/CAU;

III – Contrato social;

IV – Contrato de prestação de serviços;

V – Contrato de Trabalho registrado na DRT;

VI – Termo, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicada 13.3.3 A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante prestado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, num percentual mínimo de 30% da quantidade unitária requerida no presente certame para os itens compõem a decoração natalina de 2024. Conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

### **13 – DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL**

13.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:

13.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

13.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

### **14 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o Pregoeiro declara o licitante vencedor;

14.2. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação NO SITE, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor;

14.3. Aclamação do(s) Licitante(s) vencedor(es);

14.4. Registro das manifestações, em campo próprio no sistema, dos demais Licitantes quanto à intenção ou não de recorrer da decisão proferida pelo Pregoeiro, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

14.5. Adjudicação do objeto da licitação, caso não haja manifestação quanto à intenção de interpor recurso administrativo;

14.6. Registro na Ata da Sessão pelo Pregoeiro e publicação da referida no site;

14.7. Homologada a licitação pela autoridade superior, deverá ser procedida à convocação do adjudicatário para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **15 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

15.1. Proclamado o resultado final da licitação, promoverá o Pregoeiro, a remessa dos autos à autoridade superior, para:

15.1.1. Confirmar o julgamento, determinando a homologação do objeto licitado ao proponente classificado em primeiro lugar;

15.1.2. Ordenar a retificação da classificação no todo ou em parte, se verificar irregularidade corrigível no julgamento;

15.1.3. Anular o julgamento, ou todo procedimento licitatório, se deparar com irregularidade insanável e prejudicial ao certame, em qualquer fase do Processo Licitatório;

15.1.4. Revogar a licitação, por motivo de conveniência ou oportunidade, desde que comprovado e ocorrido depois de instaurada a competição.

## **16 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

16.2. A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação/Pregoeiro ao vencedor; Mas a empresa licitante deverá observar primariamente os seguintes requisitos:

16.2.1. Conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21, é imperativo que as empresas que optem por apresentar recursos durante o processo de licitação e justifiquem devidamente suas razões para tal medida.

16.2.2. A ausência de justificativa adequada ou a não apresentação do recurso solicitado pela empresa que manifestou a intenção de recorrer, pode ser interpretada como uma tentativa de frustrar o processo licitatório. Tal ato é passível de penalização, sujeitando a empresa a medidas punitivas que podem incluir a desqualificação da mesma do certame em questão, bem como outras sanções legais aplicáveis.

16.2.3. Portanto, reiteramos a importância de que todas as empresas envolvidas no processo licitatório cumpram rigorosamente com as disposições legais, incluindo a





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

apresentação de justificativas claras e consistentes para quaisquer recursos interpostos.

16.2.4. Por conseguinte, instamos todas as partes interessadas a agirem com transparência e responsabilidade, garantindo a lisura e a integridade do processo licitatório em conformidade com a legislação vigente.

16.2.5. Salientamos que a não observância do prazo, e, não havendo envio das razões recursais, devidamente caracterizadas conforme justificada na intenção do recurso e falta de razoabilidade no recurso, pode acarretar em consequências para a empresa licitante, conforme Art. 156 da referida lei. Serão aplicadas infrações administrativas previstas nesta Lei, sendo:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração pública do Município de Chupinguaia – RO.

16.3. Os recursos apresentados fora do sistema somente serão aceitos e respondidos possivelmente em caráter pedagógico, não possuindo valor de recurso administrativo.

16.4. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade na intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso

16.5. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

16.7. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este recair em dia não útil, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente;

## **17 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

A sessão pública poderá ser reaberta:



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

17.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

17.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

17.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

17.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

17.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

## **18 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**18.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta dos seguintes Programas:**

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

**020401 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**

**04.122.0020.2008.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAD**

**3.3.90.39.99 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA**

**57**

## **19 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.**

19.1. A contratação será formalizada mediante a emissão e retirada do instrumento contratual;

19.2. Como condição para celebração do instrumento contratual, a Licitante Vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 139 da mesma Lei.

19.4. Oficialmente convocada pela Administração, com vistas à celebração do Instrumento Contratual, é dado à adjudicatória o prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da ciência ao



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

chamamento, pelo Prefeitura de Chupinguaia, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato. A recusa injustificada da LICITANTE vencedora, em retirar o instrumento contratual dentro do prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida sujeitando-se às penalidades previstas no art. 90, § 5º da Lei Federal nº. 14.133/21.

19.5. É facultado à Administração, quando o convocado não retirar o Instrumento Contratual no prazo e condições estabelecidas, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, e assim sucessivamente, ou revogar a licitação;

19.5.1. Os LICITANTES remanescentes convocados na forma do subitem anterior se obrigam a atenderem a convocação e retirarem o Instrumento Contratual respectivo, no prazo fixado no item 18.3 deste edital, ressalvados os casos de vencimentos das respectivas propostas, sujeitando-se ao atendimento das condições de habilitação.

19.6. A Administração, a qualquer tempo, poderá promover a extinção antecipada do Termo Contratual:

- a) Unilateralmente, desde que configure qualquer das hipóteses elencadas na Seção V, Art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

## **20 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

I - O pagamento se dará de forma parcelada, de acordo com as seguintes etapas:

1ª – Etapa Mobilização: 25% do valor total contratado;

2ª – Etapa Montagem e Instalação: 40% do valor contratado;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- 3ª – Etapa Operação e Manutenção: 25% do valor contratado;  
4ª – Etapa Desmontagem e Desmobilização: 10% do valor contratado.

e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.

h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e  
II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

## **21 – DO REAJUSTAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

21.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, no prazo de vigência do Instrumento Contratual de até 01 (um) ano, de acordo com a Lei Federal nº. 10.192/2001, podendo ser reajustado, após o referido período, mediante regulamentação do Poder Executivo Federal aplicável a matéria;

21.2. Os critérios para correção monetária serão estabelecidos na Lei Federal nº. 9.069/95, caso o pagamento não seja efetuado conforme Decreto Estadual nº. 5.945, de 26 de maio de 1.993.

## **22 - AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

22.1 Uma vez firmada a contratação, este município se obriga a:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;  
b) Receber o objeto em dias úteis, no horário das estabelecido neste termo;  
c) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;  
d) Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.  
e) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **23. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR**

23.1 Uma vez notificada de que este Município efetivará a contratação, o licitante vencedor deverá comparecer nos 05 (cinco) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a nota de empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Recebida a Nota de Empenho, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

- a) As obrigações da Contratada são as resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021, demais normas pertinentes, bem como, às previstas no Termo de Referência;  
b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

ela (contratada) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

d) Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto;

e) Fazer acompanhar, quando da entrega dos serviços, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes;

f) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação para tal;

g) Comunicar a Contratante, verbalmente no prazo de 03 (três) dias e por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, ainda que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

h) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive locomoção, quaisquer outras que forem devidas, quer em relação à execução do fornecimento, quer em relação aos empregados;

i) Responsabilizar pelos danos causados à Administração e a terceiros decorrentes da execução do contrato;

j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021);

k) Manifestar o recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio dos mesmos;

l) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar á Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

m) Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

n) Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a SEMAD, acatando as orientações e decisões da Fiscalização.

o) Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão de obra necessária à prestação de todos os serviços.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

p) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

q) Assegurar a Contratante o direito de fiscalizar e/ou recusar os materiais/serviços que não estejam de acordo com as condições estabelecidas na Ordem de Serviço, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do Instrumento Contratual.

r) Assumir todas as despesas decorrentes de substituição de quaisquer materiais/serviços recusados pela Contratante.

s) Comunicar a Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

t) Apresentar Preposto, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com a Comissão de Fiscalização da Decoração Natalina de 2024, solicitando às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas;

I – A Contratada deverá informar a Contratante no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, número telefônico fixo ou móvel com aplicativo WhatsApp e e-mail, objetivando a comunicação rápida do Preposto nomeado.

u) O preposto será responsável por:

I – Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;

II – Cumprir e fazer cumprir as diretrizes da Contratante, segundo determinação do(s) Fiscal(is) de Contrato, dentro dos limites do contrato;

III – Reportar-se ao(s) Fiscal(is) de Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;

IV – Receber as observações do(s) Fiscal(is) de Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão-de-obra.

v) A Contratada é obrigada a zelar pelo Patrimônio Municipal, objeto do presente Termo de Referência, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados pelos seus funcionários.

23.2 Caso o licitante vencedor, regularmente notificado, não compareça para retirar a nota de empenho, a Administração poderá convocar o licitante classificado em segundo lugar para, se quiser, apresentar a proposta pelo preço por ele cotado.

## **24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

24.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº. 14.133/21, a **CONTRATADA** Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no instrumento contratual, salvo se ensejada por motivo de força maior ou caso fortuito, a **CONTRATANTE** poderá, garantir a prévia defesa, aplicar à futura **CONTRATADA**, as seguintes penalidades:

24.1.1. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** pelo prazo de até 02 (dois) anos;

24.1.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, do valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), devendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela **CONTRATANTE**;

24.1.3. Advertência;

24.1.4. As sanções: “advertência ou suspensão” poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 23.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

## **25 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo a Administração Pública, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independente do resultado da licitação;

25.2. A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas que tenham adquirido o instrumento convocatório, sendo-lhes facultado, em sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

25.3. As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório, serão sanadas pelo Pregoeiro, da Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras – CPLMO,





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores;

25.4. A critério da Administração Pública esta licitação poderá:

25.4.1. **Ser anulada** se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

25.4.2. **Ser revogada**, a juízo da Administração, ser for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

25.4.3. Ter a data de abertura transferidos, por conveniência exclusiva da administração.

25.5. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

25.5.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único, do art. 71, Inciso III da Lei 14.133/21;

25.5.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;

25.5.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.6. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado;

25.7 É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

25.8. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

25.9. As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

25.10. A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;

25.11. Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;

25.12. Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais Anexos;

25.12.1. Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (CARTA PROPOSTA).

25.13. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

25.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.chupinguaia.ro.gov.br](http://www.chupinguaia.ro.gov.br)

25.15. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3346-1460;

25.16. O resultado desta licitação será publicado no endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

## **26 - ANEXOS**

26.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** – Termo de Referência;

**01 – Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar e/ou Documento de Oficialização da Demanda.

**ANEXO II** Descrição Detalhada do Objeto

**ANEXO III** Carta Proposta de Preços (modelo).

**ANEXO IV** Dados do Representante Legal (modelo).

**ANEXO V** Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes (modelo).

**ANEXO VI** Declaração de cumprimento às normas relativas ao Trabalho do Menor.

**ANEXO VII** Declaração de Vinculo (modelo).

**ANEXO VIII** Minuta do Contrato.

## **27 – DO FORO**

27.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vilhena/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chupinguaia – RO, 07 de novembro de 2024

**MOISES CAZUZA DE ANDRADE**  
Pregoeiro



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. INTRODUÇÃO**

1.2 - Este Termo de Referência representa a fase primordial do processo destinado a formação de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para eventual e futura contratação de Empresa Especializada decorrentes do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, atendendo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 que estabelece as normas gerais de licitação e contratação aplicáveis às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios bem como outras normas correlatas, com ênfase na eficiência, transparência e legalidade dos procedimentos, este Termo de Referência é concebido em estrita observância a tais diretrizes, visando assegurar a correta condução do processo de contratação.

1.3- Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazo de execução.

1.4- O presente Termo de Referência tem a finalidade de instruir procedimento licitatório a ser deflagrado para contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia.

#### **2. DO OBJETO/OBJETIVO/ESTIMATIVA DE QUANTIDADES**

##### **2.1.- DO OBJETO:**

2.1.1- O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.

##### **2.2 - DO OBJETIVO:**

2.2.1 - A Futura e Eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, observados as Normativas Federais, Estaduais e Municipais que versem sobre o presente objeto.

2.2.2- A Futura e Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação,

 <p style="text-align: center;"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>PREFEITURA DE CHUPINGUAIA</b>  <b>Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</b></p>	<p><b>PROC: 2142/2024</b></p> <p><b>P. E. Nº.: 95/2024</b></p> <p><b>ATA Nº.: 26/2024</b></p>
---	---

contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos para compor a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, tem como objetivo promover a cultura e o desenvolvimento econômico, sempre com segurança e conforto. Ao atender a estas necessidades, o poder público demonstra comprometimento com o bem-estar da comunidade.

## 2.3 - LEVANTAMENTO DE ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

### 2.3.1 DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS/QUANTIDADES CONTRATADAS EM 2023

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2023	VALOR UNIT. 2023	VALOR TOTAL 2023
1	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ARVORE DE NATAL CINCO METROS	5	R\$ 25.400,00	R\$ 127.000,00
2	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE COMETA BRANCO QUENTE (ALTURA 6,00M X 5,00 LARGURA)	6	R\$ 11.520,00	R\$ 69.120,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 196.120,00</b>

### 2.3.2 DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS/QUANTIDADES Á SEREM CONTRATADAS EM 2024 SEMELHANTES AOS ITENS CONTRATADOS NO EXERCÍCIO DE 2023

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2024	VALOR UNIT. ESTIMADO 2024	VALOR TOTAL ESTIMADO 2024
1	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ARVORE DE NATAL CINCO METROS	6	R\$ 28.820,94	R\$ 172.925,64
2	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE COMETA BRANCO QUENTE (ALTURA 6,00M X 5,00 LARGURA)	6	R\$ 7.815,47	R\$ 46.892,82
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 219.818,46</b>

### 2.3.3 DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS/QUANTIDADES ACRESCENTADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024

<b>ITENS NOVOS ACRESCENTADOS</b>				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2024	VALOR UNIT. ESTIMADO 2024	VALOR TOTAL ESTIMADO 2024
1	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO,	1	R\$ 38.796,50	R\$ 38.796,50

 <p style="text-align: center;"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>PREFEITURA DE CHUPINGUAIA</b>  <b>Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</b></p>	<p><b>PROC: 2142/2024</b></p> <p><b>P. E. Nº.: 95/2024</b></p> <p><b>ATA Nº.: 26/2024</b></p>
---	---

	MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE BOLA DE NATAL			
2	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ÁRVORE CEREJEIRA LUMINOSA COM ESTROBOS NAS CORES BRANCO QUENTE OU ROSA	6	R\$ 16.533,85	R\$ 99.203,10
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 137.999,60</b>

#### 2.3.4 RELAÇÃO CONTRATAÇÃO REALIZADA NO EXERCÍCIO DE 2023 X FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024

DESCRIÇÃO	ANO	MEMÓRIA DE CONSUMO
Contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina do Município de Chupinguaia RO	2023	<b>R\$ 196.120,00</b>  PROCESSO Nº 1807/2023. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/SRP/2023,  ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27-2023  1-1807/2023
	2024	<b>R\$ 357.818,00</b>

Com base nas tabelas do sub item 2.3.1 e 2.3.2, que traz a relação entre itens idênticos contratados no exercício de 2023, e solicitados no exercício de 2024, é possível identificar que em 2023 o montante despendido com a presente contratação foi de R\$ 196.120,00 (cento e noventa e seis mil e cento e vinte reais), e a estimativa em 2024 é de R\$ 219.818,46 (duzentos e dezenove mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos), apresentando um acréscimo de R\$ 23.698,46 (vinte e três mil, seiscentos e

 <p style="text-align: center;"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>PREFEITURA DE CHUPINGUAIA</b>  <b>Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</b></p>	<p><b>PROC: 2142/2024</b></p> <p><b>P. E. Nº.: 95/2024</b></p> <p><b>ATA Nº.: 26/2024</b></p>
---	---

noventa e oito reais e quarenta e seis centavos), com base em cálculos realizados, o valor estimado para a contratação no exercício de 2024 acresceu aproximadamente **12,10%** (doze inteiros e dez centésimos).

Sendo possível identificar que caso a pretendida contratação fosse realizada contendo apenas os mesmos itens contratados no exercício de 2023, o percentual de aumento para o exercício de 2024 seria de **12,10%** (doze inteiros e dez centésimos) apenas.

Contanto, a administração pública com o intuito de proporcionar inovação para a Decoração Natalina Municipal, decidiu realizar a inclusão de novas figuras natalinas, conforme os itens descritos abaixo:

### 2.3.3 DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS/QUANTIDADES ACRESCENTADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024

ITENS NOVOS ACRESCENTADOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE E 2024	VALOR UNIT. ESTIMADO 2024	VALOR TOTAL ESTIMADO 2024
1	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE BOLA DE NATAL	1	R\$ 38.796,50	R\$ 38.796,50
2	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ÁRVORE CEREJEIRA LUMINOSA COM ESTROBOS NAS CORES BRANCO QUENTE OU ROSA	6	R\$ 16.533,85	R\$ 99.203,10
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 137.999,60</b>

Com base na análise do montante despendido com a presente contratação no exercício de 2023, sendo este de R\$ 196.120,00 em relação a pretendida contratação do exercício de 2024, há uma previsão do dispêndio de **R\$ 357.818,06** (trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezoito reais e seis centavos), um aumento de R\$ 161.698,00 (cento e sessenta e um mil e seiscentos e noventa e oito reais), relativo ao acréscimo de itens no valor de R\$ 137.999,60 (cento e trinta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), conforme a tabela **2.3.3**, e o reajuste dos itens semelhantes, contratados em 2023, sendo este de R\$ 23.698,46 (vinte e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos).

Sendo assim, apresentamos abaixo a relação completa dos serviços a serem contratados pela Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, para compor a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia - RO.

### 2.4 DESCRIMINAÇÃO MÍNIMA DOS SERVIÇOS/QUANTIDADES PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO EM 2024

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
------	-----------	------	-----------	------------	------------





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

1	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE BOLA DE NATAL Figura Luminosa em formato de Bola Natalina com abertura para passagem interna; dimensões aproximadas: 3,90m de altura x 3,25m de diâmetro (tolerância de $\pm 5\%$ ); Produzida em estrutura de aço carbono 1020; zincada, com proteção anticorrosiva resistente a exposição às Intempéries; a ornamentação luminosa da bola deve ser realizada com mangueiras de led com no mínimo 30 leds por metro, contornando todo o formato da bola e cordões de LED CORDÃO com 100 LEDS para uso externo, com 80 LEDS fixos e 20 estrobinhos. A cada cinco LEDS um pisca (Estrobinho). Tomada macho e fêmea para união de até 5 conjuntos, IP 44, resistentes a chuva, com resina/silicone na base dos LEDS, sendo totalmente a prova d'água, os fios dos cordões devem ser de cobre e sempre da mesma cor que os LEDs, com 2 vias. Diâmetro do fio 1,8mm. Comprimento total de 10 mts. Tensão 220 volts. Potência mínima: 5 watts.; totalizando no mínimo 4.000 diodos de leds, o espaçamento entre os cordões de LED utilizados na ornamentação do enfeite não deve ser superior a 4cm; o enfeite deve ser ornamentado com no mínimo Duas cores distintas de piscas LED, dentre as cores: Branco Quente, azul, branco frio, vermelho, verde, roxo ou rosa; toda instalação elétrica deve ser realizada de acordo com a NBR 5410, utilizando cabo PP embutido até ponto de alimentação na rede	1,00	SERV	38.796,50	38.796,50
2	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ARCO TIPO COMETA COM	6,00	SERV	7.815,47	46.892,82



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

	<p><b>ESTRELA</b> Figura luminosa em formato de Arco tipo Cometa com Estrela de Cinco Pontas Dupla; dimensões aproximadas: 6,00m de altura na curva externa x 5,00m de Largura (tolerância de <math>\pm 5\%</math>); a ornamentação luminosa do Arco deve ser Realizada com mangueiras com no mínimo 30 leds por metro contornando todo o formato do cometão na cor branco fria. No preenchimento, com cordões de LED com CORDÃO com 100 LEDS para uso externo, com 80 LEDS fixos e 20 estrobinhos. A cada cinco LEDS um pisca (Estrobinho). Tomada macho e fêmea para união de até 5 conjuntos, IP 44, resistentes a chuva, com resina/silicone na base dos LEDS, sendo totalmente a prova d'água, os fios dos cordões devem ser de cobre e sempre da mesma cor que os LEDs, com 2 vias. Diâmetro do fio 1,8mm. Comprimento total de 10 mts. Tensão 220 volts. Potência mínima: 5 watts.; o espaçamento entre os cordões de LED utilizados na ornamentação do enfeite não deve ser superior a 4cm; o cometa e a estrela devem ser aumentados utilizando LEDs : dentre as cores: Branco Quente, azul, branco frio, vermelho, verde , roxo ou rosa; toda instalação elétrica deve ser realizada de acordo com a NBR 5410, utilizando cabo PP embutido até ponto de alimentação na rede; imagem meramente ilustrativa</p>				
3	<p><b>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ÁRVORE CEREJEIRA LUMINOSA COM ESTROBOS NAS CORES BRANCO QUENTE OU ROSA</b> Figura luminosa em formato de árvore cerejeira ; altura mínima de 03 metros; deve possuir iluminação em LED desde o caule até a</p>	6,00	SERV	16.533,85	99.203,10



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

	pontadas folhas; deve possuir no mínimo 2.250 LEDS, sendo 15% do total LEDS estroboscópicos; LEDS na cor Branco quente ou Rosa; de uso externo resistente a chuva (IP44), Toda Instalação elétrica deve ser realizada de acordo com a NBR 5410, UTILIZANDO CABO PP embutido até o ponto de alimentação na rede;				
4	<b>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE DE ARVORE DE NATAL CINCO METROS</b> Figura luminosa em formato de Árvore de Natal; altura mínima de 05 metros e máxima de 5,5 metros; produzida em estrutura de aço carbono 1020; zincada, com proteção anticorrosiva resistente a exposição às intempéries; deve possuir arabescos ornamentais revestidos com mangueira LED, COM NO MÍNIMO 30 leds por metro na cor branco frio, colocar tela na parte de baixo de forma que impeça a passagem de adultos ou crianças por seu interior; deve possuir ponteira em formato de estrela; ornamentação luminosa da árvore deve ser realizada com cordões de LED ; o enfeite deve ser ornamentado dentre as cores: Branco Quente, azul, branco frio, vermelho, verde , roxo ou rosa com sua ponteira em formato de estrela na cor branco frio; toda instalação elétrica deve ser realizada de acordo com a NBR 5410, utilizando cabo PP embutido até ponto de alimentação na rede;	6,00	SERV	28.820,94	172.925,64
<b>Valor Total:</b>					<b>357.818,06</b>

2.3.1 O valor total estimado perfaz aproximadamente R\$ 357.818,06 (trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezoito reais e seis centavos).

2.3.2 - Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

2.3.3 - Os valores do objeto estão baseados em uma ampla pesquisa de preços realizada com empresas do ramo local, por se tratarem de serviços específicos não foi possível encontrar serviços análogos com o objeto do presente termo em site de Internet e Banco de preço. Assim restaram atendidos os preceitos da economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

2.3.4 - O objeto desta contratação não se enquadra como artigos de luxo, em atendimento ao contido no art.20 da Lei nº14.133/21.

2.3.5 - O quantitativo estimado obteve por parâmetro a memória de consumo, extraindo históricos oriundos de serviços anteriormente executados, bem como, os volumes de advindo das respectivas contratações.

2.3.6 - O importe consolidou a unidade de medida por serviços, conforme histórico gerado no último exercício financeiro (2023), constantes em processos correlatos, executados por esta Administração.

2.3.7- Compilou-se em tabelas o prospecto integrado de informações examinadas em banco de dados institucional, com o desígnio de dimensionar o quantitativo ideal para suprimento das necessidades no município de Chupinguaia, esquivando eventuais excessos e consequentemente prejuízos ao erário.

Senão constatemos:

DESCRIÇÃO	ANO	MEMÓRIA DE CONSUMO
Contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina do Município de Chupinguaia RO	2023	R\$ 196.120,00  PROCESSO Nº 1807/2023. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/SRP/2023,  ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27-2023  1-1807/2023

### **3.1 - DA JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA**

3.1.1- A presente contratação de serviço de Locação de locação de estruturas tem por objetivo atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, no que tange a realização de eventos externos os quais são realizados com frequência por esta Secretaria, devido ao fato da mesma estar encarregada da realização de diversos eventos nas mais diversas áreas da Cultura do Município.

3.1.2- O natal é uma das datas mais festejadas em todo mundo pela comunidade cristã, datada cronologicamente no ano 354 d.C., embora tradicionalmente seja um dia santificado



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

cristão, o Natal é amplamente comemorado por todos, e neste período é costume as famílias enfeitarem suas casas, influenciando os governantes na decoração das grandes cidades com adornos natalinos em pontos estratégicos e turísticos, proporcionando a continuidade do espírito natalino, vez que, esta festa simboliza a harmonia, paz, união, confraternização, solidariedade e esperança.

3.1.3 Embora o natal seja uma festa cristã, este fato não exclui o restante da população, uma vez que o clima de natal contagia a todos. A troca de presentes que faz uma referência a visita dos Reis Magos ao menino Jesus é umas das tradições mantidas até os dias atuais e assim provoca movimento e aquecimento do comércio varejista local.

3.1.4 Quanto ao fomento da economia o natal é normalmente o maior estímulo econômico anual para muitas cidades ao redor do mundo. As vendas aumentam drasticamente em quase todas as áreas de varejo. O comércio busca introduzir novos produtos como brindes, decoração, entre outros, visando possuir variedades de mercadorias para agradar a todos consumidores.

3.1.5 Diante a grande movimentação comercial supramencionada, a data natalina tornou-se um acontecimento significativo e um período chave de vendas para todos comerciantes e prestadores de serviços. O impacto econômico da comemoração é um fator que tem crescido de forma constante ao longo das últimas décadas em muitas regiões, acompanhando o aumento do consumismo em épocas atuais.

3.1.6 A movimentação no mês de dezembro devido à festividade natalina gera a necessidade de investimento por parte do executivo municipal, considerando a importância de incentivar indiretamente a movimentação de pessoas, aumentando o fluxo turístico nos centros comerciais da capital, motivando a realização de compras e assim movimentar toda a cadeia produtiva de restaurante, bares, comércios, postos de gasolinas, etc.

3.1.7 Não poderíamos deixar de retratar nesta justificativa a expectativa de aumento na arrecadação de impostos neste período, o movimento no número de empregos, bem como a circulação de recursos no comércio da capital de forma geral durante as festividades de fim de ano.

3.1.8 Cabem-nos ainda ressaltar a valorização dos munícipes, visto que além do incentivo ao comércio a iluminação natalina promove a ideia do clima natalino através do embelezamento da cidade e proporciona entretenimento para as famílias, gerando bem-estar e alegria.

## **3.2 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.2.1 - Ao passo em que a Decoração de Natal se tornou uma programação anual de significância abrangente para a economia local.

3.2.2 - A festividade supracitada motivará participação não somente do público de Chupinguaia, mas também das cidades situadas nos perímetros adjacentes, que se deslocam à Chupinguaia em busca de lazer e entretenimento.

3.2.3- Com essa iniciativa a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

Administração - SEMAD, fomenta toda a cadeia produtiva do turismo, proporciona lazer e entretenimento e incrementa todas as camadas sócio econômicas dos respectivos Municípios. Desta feita, entende-se por fundamental a contratação de atrações, equipamentos e sonorização de qualidade, bem como, infraestrutura condizente com as expectativas, necessidades, conforto e segurança do público recepcionado no evento.

#### **4. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL/CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

##### **4.1 - DO LOCAL E PRAZO;**

**4.1.1.** Os serviços constantes do OBJETO serão prestados no Município de Chupinguaia/RO, que abrange a Praça do Paço Municipal, e poderá abranger também a Praça da Entrada da Cidade, Praça da Cidade Alta, Praça da Igreja Matriz, conforme cronograma descrito abaixo.

**4.1.2.** Havendo necessidade, a Administração poderá solicitar uma reunião prévia com o fornecedor para planejamento da atividade.

**4.1.3.** O prazo de execução dos serviços, objeto deste Termo, será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço.

**4.1.4.** Os serviços devem iniciar em até 7 (sete) dias consecutivos após a expedição da Ordem de Serviço, caso haja alteração do cronograma pela Comissão de Fiscalização.

<b>CRONOGRAMA: NATAL 2024</b>		
<b>ETAPA</b>	<b>DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>PERÍODO</b>
<b>1ª</b>	<b>Mobilização:</b> transporte de materiais, produtos, estruturas e pessoal necessários para a prestação do serviço de decoração natalina até a cidade de Chupinguaia/RO.	No prazo de até 07 (Sete) dias, contados da data do empenho ou assinatura do contrato, mediante requisição emitida por setor responsável. Podendo ser prorrogado uma vez por igual período desde que a empresa apresente justificativa aceita pela administração.
<b>2ª</b>	<b>Montagem e Instalação:</b> montagem dos enfeites, figuras luminosas, equipamentos, arranjos e ornamentos, assim como toda instalação elétrica necessária. Ao fim desta etapa todos os dispositivos devem estar em pleno funcionamento e aptos a receber o público da capital.	No prazo de até 07 (Sete) dias, contado da data do empenho ou assinatura do contrato, mediante requisição emitida por setor responsável. Podendo ser prorrogado uma vez por igual período desde que a empresa apresente justificativa aceita pela administração.
<b>3ª</b>	<b>Operação e Manutenção:</b> período de funcionamento de todos os enfeites, figuras luminosas,	A contar da data de recebimento da Instalação até 10/01/2025





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

	equipamentos, arranjos e ornamentos devem estar em pleno funcionamento durante todo o período.	
4ª	<b>Desmontagem e Desmobilização:</b> desmonte dos enfeites, figuras luminosas, equipamentos e ornamentos, assim como a desmobilização de todas as estruturas. Ao fim desta etapa os locais que receberam as decorações natalinas devem estar exatamente como estavam antes das intervenções.	13/01/2025 a 18/01/2025

4.1.5 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação;

4.1.6 - O contrato a ser assinado entre as partes terá sua vigência a partir de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, observado o disposto no art. 84 caputs e parágrafo único da Lei 14.133/2021;

4.1.7 - Os objetos deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais;

4.1.8 - Os objetos/serviços prestados poderão ser supervisionados por uma Comissão a critério da secretaria, que terá, juntamente com a Requisitante, a incumbência de acompanhar e fiscalizar o serviço;

4.1.9 - O objeto/serviços contratado deverá ser entregue de forma integral conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições deste Termo de Referência, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir a completa segurança no transporte;

4.1.10 - Qualquer solicitação por parte da CONTRATADA deverá ser dirigida ou entregue ao âmbito da secretaria emissora das Nota de Empenho.

4.1.11 - Aceitos os objetos/serviços, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento;

4.1.12 - No caso de recusa dos objetos, será comunicado à empresa para que imediatamente se refaça os serviços ou objeto que não esteja de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato;

4.1.13 - O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

4.1.14 - O quantitativo estimado dos serviços deverá ser executado, em consonância com as especificações, normas técnicas e anexos relativos aos itens deste Termo de Referência;

4.1.15 - Todos os elementos da Decoração Natalina deverá ter suas localizações e/ou alterações se necessárias de forma justificada, com aprovação antecipada pela Comissão de Fiscalização.

4.1.16 - Todos os materiais elétricos do projeto deverão funcionar na tensão de 220V;

4.1.17- A contratação de todos os serviços constantes no Anexo I, acontecerá por meio de locação dos objetos e componentes necessários a decoração e estrutura, ficando a cargo e as despesas da licitante vencedora a remoção dos mesmos após o término das atividades festivas;

4.1.18 - A CONTRATADA deverá substituir em 24 horas pós-notificação formal do fiscal ou comissão de fiscalização do processo, toda e qualquer peça, elemento, componente e/ou objeto; defeituosa, danificada, furtada e sem funcionamento, durante o período de vigência do contrato, conforme especificação deste Termo.

4.1.19 - Os serviços deverão serem executados sob a responsabilidade de um (a) engenheiro (a) nomeado (a) pela contratada ou técnico (a) industrial, que acompanhará o andamento dos trabalhos, no prazo proposto.

4.1.20 - Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente toda a regulamentação aplicável, projetos, especificações, desenhos, detalhes e, ainda, as normas da ABNT, respondendo por quaisquer falhas, atrasos e outras faltas, que deverão ser integralmente sanadas.

4.1.21 - Caberá a empresa CONTRATADA as providências necessárias para o licenciamento dos serviços a executar se assim for a observância às legislações pertinentes à matéria.

4.1.22 - O funcionário da empresa contratada deverá ser devidamente equipado com material de IPI conforme orientação das normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.

## **4.2 - DOS INSUMOS DE MÃO DE OBRA, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS.**

4.2.1 - As especificações e respectivos quantitativos relativos ao custeio dos recursos estimados podem sofrer alterações de natureza técnica em razão de necessidades específicas relacionadas aos serviços descritos neste TERMO, não podendo representar alterações nos custos estimados, devendo a CONTRATANTE formalizar eventual alteração em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas à Contratada.

4.2.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o treinamento, qualificação e quantificação dos recursos de mão de obra, equipamentos e instalações necessários aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências contidas neste Termo de Referência e Anexos, ficando sob sua responsabilidade os respectivos dimensionamentos.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

4.2.3 - Caso a fiscalização da CONTRATANTE constate que o profissional da CONTRATADA não tem a qualificação necessária, Cultura poderá exigir a substituição imediata da referida mão de obra.

4.2.4 – A CONTRATADA deverá indicar e manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente às solicitações da Comissão de Fiscalização de Decoração Natalina.

4.2.5 -Comparecendo semanalmente para prestar e/ou providenciar os esclarecimentos necessários. Para as demandas, que deverão ser atendidas no prazo de 24 horas, a SEMAD e a Comissão de Fiscalização comunicarão à Contratada por meio de telefone ou e-mail.

4.2.6 - Caberá a CONTRATADA disponibilizar e manter estrutura física com dependências internas e instalações, incluindo almoxarifado.

4.2.7 - Todos os materiais de uso corrente necessários à execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência serão fornecidos pela CONTRATADA, inclusive ferramentas, máquinas e equipamentos de proteção e segurança do trabalho (EPIs e EPCs), fazem parte das exigências deste TERMO.

### **4.3 DA EXECUÇÃO**

a) É obrigação da empresa contratada entregar a SEMAD, até a data de início da Segunda Etapa Montagem e Instalação:

1) projeto elétrico contendo a carga individual de cada equipamento instalado, assim como a carga total de cada circuito;

2) projeto de estrutura metálica de cada figura luminosa existente no parque, devendo o item 2.7 Árvore de Natal Gigante possuir projeto independente. Os projetos devem ser assinados por profissionais habilitados e acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), juntamente com o LAUDO ESTRUTURAL E ELETRICO DAS ESTRUTURAS, conforme INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº. 44/2023 do CBM RO.

b) A empresa contratada, em conjunto com a comissão de fiscalização desta Secretaria, deve realizar vistoria inicial nos locais de atuação antes do início das atividades, de forma a constatar as condições em que cada espaço público ou edificação encontra-se. Ao término da quarta etapa, após a retirada de toda a decoração, os locais devem estar nas mesmas condições iniciais, registradas na vistoria, sendo qualquer despesa com material e mão de obra para reparos de gramado, paredes, postes, calçamentos e etc, de responsabilidade da empresa contratada.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

5.0 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

## **5.1 DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/PRAZO DE VIGÊNCIA**

### **5.1 DA VIABILIDADE DO SRP:**

5.1.1- De modo geral, é um procedimento licitatório que serve para registrar os preços de fornecedores para compras futuras do poder público. Trata-se de uma maneira de seguir o princípio da economicidade, já que o uso desse sistema propicia à administração ganho econômico nas compras públicas em escala, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro, a depender do quantitativo a ser registrado pela Administração.

5.1.2- Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outros órgãos interessados em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação.

5.1.3 - O procedimento de registro de preços tem vistas a reduzir os custos procedimentais da aquisição, por meio da racionalização da aquisição. Salutar, neste momento, renovar a consulta à sede doutrinária, quando expressa.

### **5.2 DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

5.2.1- O Prazo da Vigência da Ata de Registro de Preços será de 1(um) ano, conforme art. 84 da Lei n.º14.133/2021, contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico (AROM) de Rondônia e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **5.3 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:**

5.3.1- Dentre as disposições estabelecidas no Decreto nº 2.736, de 16 de Janeiro de 2024, quanto a utilização da ata de Registro de preços por órgãos ou entidades não participante, segue as disposições:

Art. 196. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

§ 1º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 2º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

§ 3º Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

§ 4º O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 5º Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

Art. 197. É permitida, mediante ato do dirigente máximo do órgão ou entidade municipal que demonstre a necessidade e a vantagem econômica, a adesão a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública de outros municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA**

6.1- É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total do ou parcial objeto.

## **7. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO**

7.1- Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 15 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas.

7.2 - Será vedada a participação de empresas reunidas sob consorcio, visando à busca de uma responsabilidade unificada e clara, atribuindo a uma única empresa a totalidade das obrigações contratuais, simplificando a gestão contratual, evitando divisão de responsabilidades entre consorciados, garantindo que a empresa contratada tenha a capacidade técnica e financeira necessária para a execução do contrato sem depender da colaboração de múltiplas partes.

## **8. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

8.1 - Prestação do serviço de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência;

8.2 - Os Serviços deveram ser prestados conforme a solicitação da contratante mediante envio de ordem de compra ou instrumento equivalente (nota de empenho, requisições etc.);

8.3 - Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

8.3 - A contratada deverá realizar a os serviços conforme cronograma expresso no item 10.1 e havendo necessidade, as CONTRATANTES poderão solicitar uma reunião prévia com o fornecedor para planejamento das atividades e horários mais adequados;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

8.4 - Os equipamentos e os serviços de instalação deverão cumprir com as normas vigentes de segurança, bem como os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação, afim de evitar quaisquer problemas técnicos durante a realização do evento.

8.5 - A contratada deverá substituir às suas expensas, quantos equipamentos e /ou serviços forem necessários para a realização do serviço contratado, não se responsabilizando a contratante por eventuais prejuízos.

8.6 - Obter, quando necessário, todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com o ônus dos emolumentos previstos em lei;

8.7 - Manter um colaborador de plantão durante todo o período do evento apto para resolver quaisquer problemas que possam surgir durante a realização dos trabalhos, incluindo consertos emergenciais se for o caso;

8.8 - Substituir imediatamente qualquer empregado seu que se mostre inconveniente a qualquer pessoa envolvida no evento ou que se apresente ao trabalho em desacordo com as especificações dos serviços contratados.

8.9 - Todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto da presente contratação, são de responsabilidade única e exclusiva da contratada, respondendo o Município apenas e tão somente pelo pagamento dos serviços contratados.

8.10 - A contratada é a única e exclusiva responsável pelos acidentes/prejuízos advindos da presente contratação, devendo zelar, sempre, pelas normas de segurança do trabalho, assim como o uso de todo e qualquer material/equipamento que contribua para a segurança dos serviços, responde pelos danos causados diretamente a contratada e/ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do objeto.

8.11 - Manter o local de trabalho em ordem em toda a execução do serviço, e concluída a realização do evento, a área deverá ser entregue limpa e dispendida de quaisquer entulhos, equipamentos, e/ou restos de materiais inerente aos serviços prestados sob pena de não ser o serviço recebido como concluído pelo responsável do órgão requisitante.

8.12 - Deverá a contratada manter, durante a execução do objeto, compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.13 - Estão incluídas no valor da contratação as despesas relacionadas com o transporte do item requisitado, tanto para instalação quanto para remoção, bem como os equipamentos necessários para instalação, como por exemplo estruturas metálicas e outros.

8.14 - Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

8.15 - Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

8.16 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à entrega dos produtos/serviços contratados;

8.17 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do presente objeto;

8.18 - Não será aceito em hipótese alguma, o objeto fora das especificações exigidas neste Estudo Técnico Preliminar;

8.19 - Caso não seja possível a execução do serviço na data prevista no cronograma de eventos, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## **9. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

9.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão Eletrônico, mediante sistema de Registro de Preços possibilitando que as aquisições possam ser feitas de acordo com a necessidade de cada secretaria, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, em decorrência do atendimento das especificações do objeto e das regras do certame.

9.2 - Entretanto, os objetos da presente contratação foram agrupados por lote à luz da Lei 14.133 de 2021 e da Súmula nº. 8/TCE-RO de maneira que a fragmentação em itens acarretaria a perda do conjunto, perda econômica de escala, redundaria em prejuízo à celeridade da licitação, ocasionaria a excessiva pulverização de contratos ou resultaria em contratos de pequena expressão econômica.

9.3 - O critério de avaliação itens por lote, visando maior uniformidade das estruturas utilizadas na execução dos serviços, estabelecendo critério de padronização que se aplicam em todas as unidades locadas garantido que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos.

## **10. DO AGRUPAMENTO POR LOTE DE ITENS QUE GUARDEM HOMOGENEIDADE ENTRE SI.**

10.1 Nas licitações de objetos divisíveis o Tribunal de Contas da União entende que o julgamento seja feito por item, e não por preço global, contudo, há situações em que se faz necessário aglutinar os itens com o intento de casar aquisições, visto que poderá haver um vínculo entre eles, ou se comprados separadamente prejudicarão o resultado esperado pela Administração. Nesse caso, apesar dos objetos serem divisíveis, eles guardam estrita identidade de natureza e características semelhantes, podendo ser fornecidos por uma mesma pessoa jurídica, por se tratarem de objetos comuns, concretizando, assim, o princípio da competitividade.

### **10.2- Da fragmentação em itens acarretar a perda do conjunto.**

10.2.1- O parcelamento do objeto somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública, contudo, a adjudicação global, dentro da economia de escala, também possibilitará um



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

desembolso menor dos cofres públicos do que se todos os itens fossem adquiridos de forma distinta. Ter uma gerência integrada diminui a curva do aprendizado e possibilita sua gestão com poucos colaboradores especializados o que não aconteceria caso fosse adjudicação por item. Pode-se acrescentar também, caso a adjudicação fosse por item, quanto a dificuldade de gestão dos contratos de suporte e de sua eficiência, além da possibilidade de conflito na utilização dos recursos e sua complexidade.

### **10.3- Da perda da economia de escala.**

10.3.1 - Quanto maior a quantidade a ser comprada, maior poderá ser o desconto na compra de bens e serviços. Esse ganho está relacionado com o aumento da quantidade adquirida sem um aumento proporcional no custo e está intrinsecamente relacionado ao princípio da economicidade escrita no art. 70 da Constituição Federal de 1988.

10.3.2 - A economia de escala é definida como aquela que ocorre a partir de determinado patamar de quantidade de itens comercializados e pode acarretar relevante desconto na aquisição dos bens e serviços, de tal modo, que no caso em tela a adoção critério de julgamento menor preço por lote permite o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala, como por exemplo, a empresa que ganhar o lote fornecerá todos os itens, acarretando, consequentemente, uma diminuição nos custos e economia de escala.

### **10.4. Do prejuízo à celeridade da licitação**

10.4.1 - Um dos fatores que pode ser levado em conta na elaboração de um edital por lote é o interesse na celeridade do processo. Neste caso, trata-se da pulverização de contratos onde a licitação por itens corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de licitações, cada qual com existência própria e dotada de autonomia jurídica, mas todas desenvolvidas simultaneamente em um único procedimento, documentado nos mesmos autos. Esta exagerada divisão de objeto pode ocasionar uma excessiva pulverização dos contratos, tornando mais dispendiosa a contratação.

10.4.2- No caso em questão, a adoção do critério de julgamento menor preço global para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia resultaria na contratação de 01 (uma) única empresa fornecedora/licitantes por lote, não ocorrendo a pulverização de contratos. Ainda há, com base no interesse público, maior segurança ao cumprimento do contrato.

10.4.3- Por fim, há que se observar o caso concreto, avaliando a conveniência e oportunidade, de modo a satisfazer da melhor forma o interesse público, pois cada contratação tem suas especificidades, a aquisição por lote é mais vantajosa para a Administração, em decorrência dos riscos inerentes à própria execução, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente entregue, tendo em vista problemas nas relações jurídicas mantidas com diversos contratados.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1- Concernente aos ditames expressos no art. 40, 141, Lei Federal 14.133/21 a programação de execução de pagamento correrá da seguinte forma:

11.2- O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação formal da documentação a seguir, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa, observando as etapas disposta no Cronograma deste Termo de Referência:

- a) Nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Contratada, conforme a constar no Empenho e/ou Ordem de Fornecimento;
- b) Termo de Recebimento Definitivo;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011).

11.3 As Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária da Contratada, para depósito do pagamento.

11.4 O pagamento se dará de forma parcelada, de acordo com as seguintes etapas:

- 1ª Etapa Mobilização: 25% do valor total contratado;
- 2ª Etapa Montagem e Instalação: 40% do valor contratado;
- 3ª Etapa Operação e Manutenção: 25% do valor contratado;
- 4ª Etapa Desmontagem e Desmobilização: 10% do valor contratado.

11.5- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6- Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Pública, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

$I = (TX/100)/365$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; (IGP-M)

11.7- Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.8- A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas.

11.9- Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

## **12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:**

12.1 A demanda pela Contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina do Município de Chupinguaia RO, foi identificada como uma ação prioritária dentro do conjunto de ações planejadas para o ano. As especificações técnicas e os quantitativos a serem adquiridos foram estabelecidos com base em estudos e análises técnicas detalhadas, assegurando que as contratações sejam realizadas de maneira coordenada e eficiente

12.2 Declaramos que o plano Anual de Contratações encontra-se publicado no link [https://transparencia.chupinguaia.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe\\_documento.php?id\\_publicacao=15780&nomeaplicacao=publicacao](https://transparencia.chupinguaia.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=15780&nomeaplicacao=publicacao).

<b>Ficha: 57</b>
<b>Unidade: 020401 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</b>
<b>Funcional: 04.122.0020.2008.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAD</b>
<b>Classificação: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA</b>
<b>Valor Total Previsto: R\$ 357.818,06 (trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezoito reais e seis centavos)</b>

## **13 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

### **13.1- DA REGULARIDADE JURÍDICA:**

a) Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, a documentação nos termos estabelecidos na Lei Federal n.º 14.133/2021:

b) Comprovante de inscrição e da situação cadastral no CNPJ (cartão CNPJ)

c) Documentos de Identidade e do CPF do representante legal da licitante;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

d) Contrato social ou instrumento equivalente, em vigor, que comprove o ramo de atividade da empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto do Pregão.

**13.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

13.2.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ativo e dentro do ramo de atividade do objeto licitado;

13.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.2.3 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais, Seguridade Social e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, ou outra equivalente, na forma da Lei;

13.2.4 - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;

13.2.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, em validade;

13.2.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), consoante disposição do art. 195, § 3º, da CF/1988 ou outra equivalente na forma da Lei;

13.2.7 - Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou outra equivalente na forma da Lei.

**13.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) A empresa fornecedora deve apresentar a CPLMO, as documentações necessárias, conforme constam o Edital a ser publicado.

b) Declaração formal do Licitante, sob as penas da lei, informando que disporá de equipamentos e dispositivos, adequados e compatíveis para a execução dos serviços e com as determinações constantes neste Edital e seus anexos.

c) Declaração expressa, sob as penas da lei, de que a licitante se responsabilizará por quaisquer danos causados à Contratante, em razão de ações ou omissões, mesmo que involuntárias.

d) Comprovação de registro ou inscrição da licitante (Pessoa Jurídica) e de seus responsáveis técnicos (Pessoa Física) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade;

e) Apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, para fins de habilitação.

f) CERTIDÃO DE REGISTRO do profissional Responsável Técnico, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA (Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico ou outros legalmente habilitados); ou Conselho dos Técnicos Industriais CFT (Técnico em Eletrotécnica, Eletrônica, Mecatrônica ou Eletromecânica, devidamente atualizada e dentro do prazo de validade.

g) Engenheiro Eletricista ou outro profissional que legalmente possa substituí-lo, com registro ativo junto ao conselho profissional competente, que possua Certidão de Acervo Técnico emitida por qualquer uma das regiões do conselho profissional competente comprovando a execução de serviços elétricos em redes de baixa tensão em áreas externas e aterramento da ornamentação natalina;

h) Engenheiro Mecânico ou outro profissional que legalmente possa substituí-lo, com registro ativo junto conselho profissional competente, que possua Certidão de Acervo Técnico emitida por qualquer uma das regiões do conselho profissional competente comprovando a execução de serviços com estruturas metálicas verticais de complexidade compatível com o objeto licitado. O profissional será responsável tecnicamente por todas as estruturas metálicas da ornamentação natalina, com enfoque no item ÁRVORE DE NATAL.

13.3.1 Para fins de cumprimento da qualificação técnica profissional não será exigido quantitativo mínimo.

13.3.2 A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ou pertencerá ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

1. Carteira de Trabalho;
  2. Certidão do CREA/CAU;
  3. Contrato social;
  4. Contrato de prestação de serviços;
  5. Contrato de Trabalho registrado na DRT;
  6. Termo, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicada
- 13.3.3 A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante prestado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, num percentual mínimo de 30% da quantidade unitária requerida no presente certame para os itens compõem a decoração natalina de 2024. Conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

## **14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

### **14.1 DA COMPOSIÇÃO CONTRATUAL:**





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

14.1.1 Após a homologação da contratação, será produzida a respectiva Nota de Empenho, e, em seguida, formalizado o Instrumento Contratual, que deverá conter vigência de 6 (meses) meses.

14.1.2 O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

14.1.3 Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa deverá: Comprovar seu poder para assinatura de contratos em nome da empresa, através de documento legal;

Atualizar todos os documentos apresentados na proposta, se vencidos.

14.1.4 O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/21.

14.1.5 A rescisão unilateral ou mediante acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e, em qualquer caso, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

14.1.6 A inobservância dos ajustamentos celebrados durante o período de execução contratual acarreta a quebra de cláusula contratual e possibilita a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no contrato e em normas correlata.

14.1.7 É vedada a compensação de quantitativos de acréscimos e supressões, devendo as eventuais alterações de quantitativos fundamentadas no Art. 125 da Lei nº 14.133/21 considerarem os acréscimos e supressões de forma isolada, conforme o Acórdão nº 749/2010 TCU Plenário.

## **15.1 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:**

15.1.1 O Gestor de Contrato e os Técnicos de Fiscalização do Contrato serão nomeados e atuarão conforme disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/21, no que diz:

"Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição."

15.1.2 O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por 02 (dois) ou mais servidores da SEMAD, nomeada pelo Secretário para tal finalidade, acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Termo de Referência e no Artigo 140 da Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

15.1.3 Fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

## **15.2 DO REAJUSTE CONTRATUAL:**

15.2.1 Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 6 (seis) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do IGP-M, medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times I \text{ I}o,$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I = Índice relativo à data do reajuste;

I<sub>o</sub> = Índice inicial refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação.

15.2.2 Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

15.2.3 A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

15.2.4 A CONTRATADA fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até a 25% do valor inicial atualizado do contratado, conforme estabelece o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.2.5 Durante o prazo de vigência do Contrato, seu respectivo valor será irrevogável. A periodicidade para eventual reajuste de preços será anual, contando-se a partir da ata limite para apresentação da proposta comercial, utilizando-se o índice IGP-M.

## **15.3 DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

15.3.1 O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº. 14.133/21, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15.3.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

15.3.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 104 da Lei nº. 14.133/21.

## **16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1 - As obrigações da Contratada são as resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021, demais normas pertinentes, bem como, às previstas no Termo de Referência;

16.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela (contratada) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.3 - Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

16.4 - Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto;

16.5 - Fazer acompanhar, quando da entrega dos serviços, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes;

16.6 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação para tal;

16.7 - Comunicar a Contratante, verbalmente no prazo de 03 (três) dias e por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, ainda que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

16.8 - Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive locomoção, quaisquer outras que forem devidas, quer em relação à execução do fornecimento, quer em relação aos empregados;

16.9 - Responsabilizar pelos danos causados à Administração e a terceiros decorrentes da execução do contrato;

16.10 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021);

16.11 - Manifestar o recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio dos mesmos;

16.12 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar á Contratante ou a



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

16.13 - Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

16.14 - Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a SEMAD, acatando as orientações e decisões da Fiscalização.

16.15 - Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão de obra necessária à prestação de todos os serviços.

16.16 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.17 - Assegurar a Contratante o direito de fiscalizar e/ou recusar os materiais/serviços que não estejam de acordo com as condições estabelecidas na Ordem de Serviço, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do Instrumento Contratual.

16.18- Assumir todas as despesas decorrentes de substituição de quaisquer materiais/serviços recusados pela Contratante.

16.19- Comunicar a Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

16.20 Apresentar Preposto, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com a Comissão de Fiscalização da Decoração Natalina de 2024, solicitando às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas;

a) A Contratada deverá informar a Contratante no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, número telefônico fixo ou móvel com aplicativo WhatsApp e e-mail, objetivando a comunicação rápida do Preposto nomeado.

16.21 -O preposto será responsável por:

a) Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;

b) Cumprir e fazer cumprir as diretrizes da Contratante, segundo determinação do(s) Fiscal(is) de Contrato, dentro dos limites do contrato;

c) Reportar-se ao(s) Fiscal(is) de Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

d) Receber as observações do(s) Fiscal(is) de Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão-de-obra.

16.21 A Contratada é obrigada a zelar pelo Patrimônio Municipal, objeto do presente Termo de Referência, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados pelos seus funcionários.

## **17 DAS PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS/CONTRATAÇÕES CORRELATAS**

17.1 Não se configura necessidade de elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da entrega do objeto.

17.2 - Os objetos da presente contratação não apresentam peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores.

17.3 - Os serviços por si só permitem a sua execução, desta feita não será necessário proceder contratações correlatas e interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que o engajamento dependerá tão somente deste.

18.1 - Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

18.2 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste termo;

18.3 - Verificar se o objeto fornecido está em conformidade com o solicitado no detalhamento contido neste termo de referência;

18.4 - Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada por ocasião da presente aquisição, tomando as providências necessárias para as devidas correções decorrentes de erros e falhas;

18.5 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e materiais em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;

18.6 - Aplicar as sanções que couberem às inadimplências do Contratado, depois de garantir a ampla defesa e o contraditório.

18.7 - Durante o período de locação dos elementos decorativos, a contratante se responsabilizará disponibilizando um servidor capaz de zelar pela guarda, vigilância e integridade das mesmas, ficando às expensas da (administração) todas as despesas decorrentes de furtos, roubos e acidentes de qualquer natureza.

## **19 DAS SANÇÕES**

19.1 - Serão utilizadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, dentre as quais, colaciona:

19.2 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2.1 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
  - II - multa;
  - III - impedimento de licitar e contratar;
  - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II - as peculiaridades do caso concreto;
  - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativos e Judiciários, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.2.2 - Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.2.3 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 02 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes,



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

19.2.4 - Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.2.5 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.2.6 - Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

19.2.7 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato. Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

19.2.8 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo. Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **20 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

20.1 - O objeto da contratação não implica impactos ambientais, não restando à observação de critérios de sustentabilidade.

## **21. INFORMAÇÕES GERAIS:**

21.1 . Este Termo de Referência tem como base legal a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de licitações e contratos); Decreto Federal nº 11.462/23 regulamenta o Art. 82º ao Art. 86º da Lei 14.133/21 sobre o Sistema de registro de Preços; Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos Auxiliares de licitação da lei 14.133/21 e Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

21.2 . Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases citadas no item 24.1 e demais normas aplicáveis.

21.3. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3346- 1460 ou na sede da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD de Chupinguaia/RO, situado, na Avenida Valter Luis Fillus, nº 1133, Centro, Chupinguaia/RO, de segunda às sextas-feiras das 07h às 13h.

21.4. O presente Termo de Referência foi elaborado por Lillian Costa, e aprovado por Jamil de Souza Mosso – Secretário Municipal de Administração, Dec. nº 897/2022.

## **22. DO FORO**

22.1 . Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Chupinguaia/RO, 04 de novembro de 2024



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

## **Apêndice do Anexo I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(ID-595494)

 <p style="text-align: center;"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>PREFEITURA DE CHUPINGUAIA</b>  <b>Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</b></p>	<p><b>PROC: 2142/2024</b></p> <p><b>P. E. Nº.: 95/2024</b></p> <p><b>ATA Nº.: 26/2024</b></p>
---	---

## ANEXO II

### DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

**PREGÃO ELETRONICO Nº 95/2024.**

**PROCESSO Nº. 2142/2024.**

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, e assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, assim como segue:

Valor Total do Lote R\$: 357.818,06 (trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezoito reais e seis centavos).

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE BOLA DE NATAL Figura Luminosa em formato de Bola Natalina com abertura para passagem interna; dimensões aproximadas: 3,90m de altura x 3,25m de diâmetro (tolerância de $\pm 5\%$ ); Produzida em estrutura de aço carbono 1020; zincada, com proteção anticorrosiva resistente a exposição às Intempéries; a ornamentação luminosa da bola deve ser realizada com mangueiras de led com no mínimo 30 leds por metro, contornando todo o formato da bola e cordões de LED CORDÃO com 100 LEDS para uso externo, com 80 LEDS fixos e 20 estrobinhos. A cada cinco LEDS um pisca (Estrobinho). Tomada macho e fêmea para união de até 5 conjuntos, IP 44, resistentes a chuva, com resina/silicone na base dos LEDs, sendo totalmente a prova d'água, os fios dos cordões devem ser de cobre e sempre da mesma cor que os LEDs, com 2 vias. Diâmetro do fio 1,8mm. Comprimento total de 10 mts. Tensão 220 volts. Potência mínima: 5 watts.; totalizando no mínimo 4.000 diodos de leds, o espaçamento entre os cordões de LED utilizados na ornamentação do enfeite não deve ser superior a 4cm; o enfeite deve ser ornamentado com no mínimo Duas cores distintas de piscas LED, dentre as cores: Branco Quente, azul, branco frio, vermelho, verde, roxo ou rosa; toda instalação elétrica deve ser realizada de acordo com a NBR 5410, utilizando cabo PP embutido até ponto	1	SERV		38.796,50	38.796,50



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

	de alimentação na rede.					
2	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ARCO TIPO COMETA COM ESTRELA Figura luminosa em formato de Arco tipo Cometa com Estrela de Cinco Pontas Dupla; dimensões aproximadas: 6,00m de altura na curva externa x 5,00m de Largura (tolerância de $\pm 5\%$ ); a ornamentação luminosa do Arco deve ser Realizada com mangueiras com no mínimo 30 leds por metro contornando todo o formato do cometão na cor branco fria. No preenchimento, com cordões de LED com CORDÃO com 100 LEDS para uso externo, com 80 LEDS fixos e 20 estrobinhos. A cada cinco LEDS um pisca (Estrobinho). Tomada macho e fêmea para união de até 5 conjuntos, IP 44, resistentes a chuva, com resina/silicone na base dos LEDS, sendo totalmente a prova d'água, os fios dos cordões devem ser de cobre e sempre da mesma cor que os LEDs, com 2 vias. Diâmetro do fio 1,8mm. Comprimento total de 10 mts. Tensão 220 volts. Potência mínima: 5 watts.; o espaçamento entre os cordões de LED utilizados na ornamentação do enfeite não deve ser superior a 4cm; o cometa e a estrela devem ser aumentados utilizando LEDs : dentre as cores: Branco Quente, azul, branco frio, vermelho, verde , roxo ou rosa; toda instalação elétrica deve ser realizada de acordo com a NBR 5410, utilizando cabo PP embutido até ponto de alimentação na rede; imagem meramente ilustrativa	6	SERV		7.815,47	46.892,82
3	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE ÁRVORE CEREJEIRA LUMINOSA COM ESTROBOS NAS CORES BRANCO QUENTE OU ROSA Figura luminosa em formato de árvore cerejeira ; altura mínima de 03 metros; deve possuir iluminação em LED desde o caule até a pontadas folhas; deve possuir no mínimo 2.250 LEDS, sendo 15% do total LEDS estroboscópicos; LEDS na cor Branco quente ou Rosa; de uso externo resistente a chuva (IP44), Toda Instalação elétrica deve ser realizada de acordo com a NBR 5410, UTILIZANDO CABO PP embutido até o ponto de alimentação na rede;	6	SERV		16.533,85	99.203,10





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

4	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE DE ARVORE DE NATAL CINCO METROSFigura luminosa em formato de Árvore de Natal; altura mínima de 05 metros e máxima de 5,5 metros; produzida em estrutura de aço carbono 1020; zincada, com proteção anticorrosiva resistente a exposição às intempéries; deve possuir arabescos ornamentais revestidos com mangueira LED, COM NO MÍNIMO 30 leds por metro na cor branco frio, colocar tela na parte de baixo de forma que impeça a passagem de adultos ou crianças por seu interior; deve possuir ponteira em formato de estrela; ornamentação luminosa da árvore deve ser realizada com cordões de LED ; o enfeite deve ser ornamentado dentre as cores: Branco Quente, azul, branco frio, vermelho, verde , roxo ou rosa com sua ponteira em formato de estrela na cor branco frio; toda instalação elétrica deve ser realizada de acordo com a NBR 5410, utilizando cabo PP embutido até ponto de alimentação na rede;	6	SERV	28.820,94	172.925,64
<b>Valor Total de Lote R\$:</b>					<b>357.818,06</b>

**Prazo de validade da proposta (60) sessenta dias.**

**Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de Tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme estabelece o Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006.**

**[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)].**

**Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).**



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 2142/2024

P. E. Nº.: 95/2024

ATA Nº.: 26/2024

### ANEXO III

#### CARTA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À Prefeitura de Chupinguaia – RO:

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 95/2024** – Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do item abaixo discriminado, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

**OBJETO:** Futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, e assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, de acordo com todas as especificações técnicas descrita no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Edital **com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/21**.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

E-MAIL:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

#### 2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

##### **PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

Deverá ser cotado, preço unitário e total, de acordo com o **Anexo 01** do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

##### **PROPOSTA: R\$ (Por extenso)**

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

**(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)**



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

#### **ANEXO IV**

**(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)**

#### **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (MODELO)**

**É OBRIGATÓRIO o envio deste ANEXO IV junto aos documentos de habilitação, pois o mesmo é utilizado para elaboração do contrato da empresa vencedora.**

**Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 95/2024.**

A ..... apresenta, a seguir, os dados da empresa (Nome completo da empresa) seu (s) representante (s) legal (is) para assinatura do eventual contrato:

**NOME(S):**

**CARGO(S):**

**NACIONALIDADE(S):**

**ESTADO CIVIL:**

**PROFISSÃO:**

**RG:**

**CIC:**

**RESIDÊNCIA (Domicílio):**

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:

**RAZÃO SOCIAL:**

**C.G.C. Nº.:**

**FONE:**

**FAX:**

**ENDEREÇO COMERCIAL:**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

**Rua/Av.:**

**N.º:**

**E-mail:**

**Município:**

**Estado:**

**CEP.:**

**Conta Corrente:**

**Cód. Agência:**

**Banco:**

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Cidade de Origem, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

.....  
(Assinatura do representante legal e carimbo)

**Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**

**Obs. 2: Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante;**

**Obs. 3: A ausência deste documento não implica em desclassificação.**



PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 2142/2024

P. E. Nº.: 95/2024

ATA Nº.: 26/2024

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES**

**REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 95/2024.**

**DECLARAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CGC nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Representante Legal da Licitante**

\_\_\_\_\_  
**Número da RG do Representante Legal da Licitante**

- Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;  
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**(apresentar em papel timbrado da empresa licitante).**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS AO  
TRABALHO DO MENOR**

**REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 95/2024.**

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: Se a licitante possuir menores de 16 anos aprendizes deverá declarar essa condição. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante ou que tenha o carimbo do CNPJ.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

- Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**  
**Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”**



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO**

**REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 95/2024.**

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
representante da  
empresa: \_\_\_\_\_, CNPJ sob o  
nº. \_\_\_\_\_, Declaro para os devidos fins que se fizerem  
necessários junto às autoridades e órgãos competentes que não possuo vínculo  
empregatício, e nem tenho sócios, sócio-administrador, cotistas, acionista ou comanditário  
no quadro desta empresa que tenham vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de  
Chupinguaia.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Cidade de Origem, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

.....  
(Assinatura do representante legal e carimbo)

**Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**

**Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”**





PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 2142/2024

P. E. Nº.: 95/2024

ATA Nº.: 26/2024

## ANEXO VIII

MINUTA CONTRATO \_\_\_\_/2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2142/2024.

### MINUTA DO CONTRATO

**EMENTA:** CONTRATO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL E ENGENHARIA SOB A FORMA DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, CONTEMPLANDO A MANUTENÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE ELEMENTOS DECORATIVOS DIVERSOS QUE COMPÕEM A DECORAÇÃO NATALINA DE 2024 DO MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA, E ASSIM ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE CHUPINGUAIA E A EMPRESA

**O MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA - ESTADO DE RONDÔNIA**, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 01.587.887/0001-29, com sede Administrativa na Prefeitura, localizada na Avenida Valter Luiz Filus, nº 1133, Centro, nesta cidade, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Excelentíssima Prefeita Municipal Sr<sup>a</sup>. **SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 323.302.166 SSP/SP e do CPF nº. 296.679.598-05, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede a \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, doravante denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr<sup>o</sup>. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG Nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente instrumento.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 55, inciso I).**

O presente contrato tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, e assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92).**

O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 2701 de 04 de janeiro de 2024, e Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

§ 1º - Os casos omissos, que por ventura, vierem a existir serão comunicados a Excelentíssima Prefeita, que o encaminhará à Assessoria Jurídica do Município para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da legislação vigente e que não contrariem o interesse público.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (art. 18):**

**1.1 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**2.2.1 – DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL/CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

**01 – DO LOCAL E PRAZO;**

- a) Os serviços constantes do OBJETO serão prestados no Município de Chupinguaia/RO, que abrange a Praça do Paço Municipal, e poderá abranger também a Praça da Entrada da Cidade, Praça da Cidade Alta, Praça da Igreja Matriz, conforme cronograma descrito abaixo.
- b) Havendo necessidade, a Administração poderá solicitar uma reunião prévia com o fornecedor para planejamento da atividade.
- c) O prazo de execução dos serviços, objeto deste Termo, será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço.
- d) Os serviços devem iniciar em até 7 (sete) dias consecutivos após a expedição da Ordem de Serviço, caso haja alteração do cronograma pela Comissão de Fiscalização.

CRONOGRAMA: NATAL 2024		
ETAPA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PERÍODO
1ª	<b>Mobilização:</b> transporte de materiais, produtos, estruturas e pessoal necessários para prestação do serviço de decoração natalina até a cidade de Chupinguaia/RO.	No prazo de até 07 (Sete) dias, contados da data do empenho ou assinatura do contrato, mediante requisição emitida por setor responsável. Podendo ser prorrogado uma vez por igual período desde que a empresa apresente justificativa aceita pela administração.
2ª	<b>Montagem e Instalação:</b> montagem dos enfeites, figuras luminosas, equipamentos, arranjos e ornamentos, assim como toda	No prazo de até 07 (Sete) dias, contado da data do empenho ou assinatura do contrato, mediante requisição emitida por setor

<div data-bbox="695 103 836 241" data-label="Image"> </div> <p style="text-align: center;"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>PREFEITURA DE CHUPINGUAIA</b>  <b>Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</b></p>	<p><b>PROC: 2142/2024</b></p> <p><b>P. E. Nº.: 95/2024</b></p> <p><b>ATA Nº.: 26/2024</b></p>
---	---

	<p>instalação elétrica necessária. Ao fim desta etapa todos os dispositivos devem estar em pleno funcionamento e aptos a receber o público da capital.</p>	<p>responsável. Podendo ser prorrogado uma vez por igual período desde que a empresa apresente justificativa aceita pela administração.</p>
<p><b>3ª</b></p>	<p><b>Operação e Manutenção:</b> período de funcionamento de todos os enfeites, figuras luminosas, equipamentos, arranjos e ornamentos devem estar em pleno funcionamento durante todo o período.</p>	<p>A contar da data de recebimento da Instalação até 10/01/2025</p>
<p><b>4ª</b></p>	<p><b>Desmontagem e Desmobilização:</b> desmonte dos enfeites, figuras luminosas, equipamentos e ornamentos, assim como a desmobilização de todas as estruturas. Ao fim desta etapa os locais que receberam as decorações natalinas devem estar exatamente como estavam antes das intervenções.</p>	<p>13/01/2025 a 18/01/2025</p>

- e) O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação;
- f) O contrato a ser assinado entre as partes terá sua vigência a partir de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, observado o disposto no art. 84 caputs e parágrafo único da Lei 14.133/2021;
- g) Os objetos deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais;
- h) Os objetos/serviços prestados poderão ser supervisionados por uma Comissão a critério da secretaria, que terá, juntamente com a Requisitante, a incumbência de acompanhar e fiscalizar o serviço;
- i) O objeto/serviços contratado deverá ser entregue de forma integral conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições deste Termo de Referência, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir a completa segurança no transporte;
- j) Qualquer solicitação por parte da CONTRATADA deverá ser dirigida ou entregue ao âmbito da secretaria emissora das Nota de Empenho.
- k) Aceitos os objetos/serviços, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento;
- l) No caso de recusa dos objetos, será comunicado à empresa para que imediatamente se



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

refaça os serviços ou objeto que não esteja de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato;

m) O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.

n) O quantitativo estimado dos serviços deverá ser executado, em consonância com as especificações, normas técnicas e anexos relativos aos itens deste Termo de Referência;

o) Todos os elementos da Decoração Natalina deverá ter suas localizações e/ou alterações se necessárias de forma justificada, com aprovação antecipada pela Comissão de Fiscalização.

p) Todos os materiais elétricos do projeto deverão funcionar na tensão de 220V;

q) A contratação de todos os serviços constantes no Anexo I, acontecerá por meio de locação dos objetos e componentes necessários a decoração e estrutura, ficando a cargo e as expensas da licitante vencedora a remoção dos mesmos após o término das atividades festivas;

r) A CONTRATADA deverá substituir em 24 horas pós-notificação formal do fiscal ou comissão de fiscalização do processo, toda e qualquer peça, elemento, componente e/ou objeto; defeituosa, danificada, furtada e sem funcionamento, durante o período de vigência do contrato, conforme especificação deste Termo.

s) Os serviços deverão serem executados sob a responsabilidade de um (a) engenheiro (a) nomeado (a) pela contratada ou técnico (a) industrial, que acompanhará o andamento dos trabalhos, no prazo proposto.

t) Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente toda a regulamentação aplicável, projetos, especificações, desenhos, detalhes e, ainda, as normas da ABNT, respondendo por quaisquer falhas, atrasos e outras faltas, que deverão ser integralmente sanadas.

u) Caberá a empresa CONTRATADA as providências necessárias para o licenciamento dos serviços a executar se assim for a observância às legislações pertinentes à matéria.

v) O funcionário da empresa contratada deverá ser devidamente equipado com material de IPI conforme orientação das normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.

## **02 – DOS INSUMOS DE MÃO DE OBRA, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS.**

a) As especificações e respectivos quantitativos relativos ao custeio dos recursos estimados podem sofrer alterações de natureza técnica em razão de necessidades específicas relacionadas aos serviços descritos neste TERMO, não podendo representar alterações nos custos estimados, devendo a CONTRATANTE formalizar eventual alteração em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas à Contratada.

b) É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o treinamento, qualificação e quantificação dos recursos de mão de obra, equipamentos e instalações necessários aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências contidas neste Termo



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

de Referência e Anexos, ficando sob sua responsabilidade os respectivos dimensionamentos.

c) Caso a fiscalização da CONTRATANTE constate que o profissional da CONTRATADA não tem a qualificação necessária, Cultura poderá exigir a substituição imediata da referida mão de obra.

d) A CONTRATADA deverá indicar e manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente às solicitações da Comissão de Fiscalização de Decoração Natalina.

e) Comparecendo semanalmente para prestar e/ou providenciar os esclarecimentos necessários. Para as demandas, que deverão ser atendidas no prazo de 24 horas, a SEMAD e a Comissão de Fiscalização comunicarão à Contratada por meio de telefone ou e-mail.

f) Caberá a CONTRATADA disponibilizar e manter estrutura física com dependências internas e instalações, incluindo almoxarifado.

g) Todos os materiais de uso corrente necessários à execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência serão fornecidos pela CONTRATADA, inclusive ferramentas, máquinas e equipamentos de proteção e segurança do trabalho (EPIs e EPCs), fazem parte das exigências deste TERMO.

### **2.2.2 – DA EXECUÇÃO**

a) É obrigação da empresa contratada entregar a SEMAD, até a data de início da Segunda Etapa Montagem e Instalação:

I – projeto elétrico contendo a carga individual de cada equipamento instalado, assim como a carga total de cada circuito;

II – projeto de estrutura metálica de cada figura luminosa existente no parque, devendo o item 2.7 Árvore de Natal Gigante possuir projeto independente. Os projetos devem ser assinados por profissionais habilitados e acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), juntamente com o LAUDO ESTRUTURAL E ELETRICO DAS ESTRUTURAS, conforme INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº. 44/2023 do CBM RO.

b) A empresa contratada, em conjunto com a comissão de fiscalização desta Secretaria, deve realizar vistoria inicial nos locais de atuação antes do início das atividades, de forma a constatar as condições em que cada espaço público ou edificação encontra-se. Ao término da quarta etapa, após a retirada de toda a decoração, os locais devem estar nas mesmas condições iniciais, registradas na vistoria, sendo qualquer despesa com material e mão de obra para reparos de gramado, paredes, postes, calçamentos e etc, de responsabilidade da empresa contratada.

### **2.2.3 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

O Prazo da Vigência da Ata de Registro de Preços será de 1(um) ano, conforme art. 84 da Lei n.º14.133/2021, contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

(AROM) de Rondônia e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**2.2.4 – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA**

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total do ou parcial objeto.

**2.2.5 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- a) Prestação do serviço de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência;
- b) Os Serviços deveram ser prestados conforme a solicitação da contratante mediante envio de ordem de compra ou instrumento equivalente (nota de empenho, requisições etc.);
- c) Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
- d) A contratada deverá realizar a os serviços conforme cronograma expresso no item 10.1 do TR, e havendo necessidade, as CONTRATANTES poderão solicitar uma reunião prévia com o fornecedor para planejamento das atividades e horários mais adequados;
- e) Os equipamentos e os serviços de instalação deverão cumprir com as normas vigentes de segurança, bem como os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação, afim de evitar quaisquer problemas técnicos durante a realização do evento.
- f) A contratada deverá substituir às suas expensas, quantos equipamentos e /ou serviços forem necessários para a realização do serviço contratado, não se responsabilizando a contratante por eventuais prejuízos.
- g) Obter, quando necessário, todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com o ônus dos emolumentos previstos em lei;
- h) Manter um colaborador de plantão durante todo o período do evento apto para resolver quaisquer problemas que possam surgir durante a realização dos trabalhos, incluindo consertos emergenciais se for o caso;
- i) Substituir imediatamente qualquer empregado seu que se mostre inconveniente a qualquer pessoa envolvida no evento ou que se apresente ao trabalho em desacordo com as especificações dos serviços contratados.
- j) Todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto da presente contratação, são de responsabilidade única e exclusiva da contratada, respondendo o Município apenas e tão somente pelo pagamento dos serviços contratados.
- k) A contratada é a única e exclusiva responsável pelos acidentes/prejuízos advindos da presente contratação, devendo zelar, sempre, pelas normas de segurança do trabalho, assim como o uso de todo e qualquer material/equipamento que contribua para a segurança dos serviços, responde pelos danos causados diretamente a contratada e/ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- l) Manter o local de trabalho em ordem em toda a execução do serviço, e concluída a realização do evento, a área deverá ser entregue limpa e dispendida de quaisquer entulhos,





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

equipamentos, e/ou restos de materiais inerente aos serviços prestados sob pena de não ser o serviço recebido como concluído pelo responsável do órgão requisitante.

m) Deverá a contratada manter, durante a execução do objeto, compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

n) Estão incluídas no valor da contratação as despesas relacionadas com o transporte do item requisitado, tanto para instalação quanto para remoção, bem como os equipamentos necessários para instalação, como por exemplo estruturas metálicas e outros.

o) Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

p) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

q) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à entrega dos produtos/serviços contratados;

r) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do presente objeto;

s) Não será aceito em hipótese alguma, o objeto fora das especificações exigidas neste Estudo Técnico Preliminar;

t) Caso não seja possível a execução do serviço na data prevista no cronograma de eventos, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO (art. 92, inciso V).**

A Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para a prestação dos serviços previstos na cláusula primeira. Sendo da seguinte forma:

a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

I - O pagamento se dará de forma parcelada, de acordo com as seguintes etapas:

- 1ª – Etapa Mobilização: 25% do valor total contratado;
- 2ª – Etapa Montagem e Instalação: 40% do valor contratado;
- 3ª – Etapa Operação e Manutenção: 25% do valor contratado;
- 4ª – Etapa Desmontagem e Desmobilização: 10% do valor contratado.

e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.

h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
- II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA (art. 84).**

O Prazo da Vigência da Ata de Registro de Preços será de 1(um) ano, conforme art. 84 da Lei n.º 14.133/2021, contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico (AROM) de Rondônia e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

a) O valor orçado para a contratação visada no presente Termo de Referência constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela SEMAD, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

b) A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados as Secretarias Municipais Participante e não participantes, pela Lei Orçamentária Anual do Município de Chupinguaia, o que englobará Recursos Livres, e Recursos Vinculados tanto Estaduais quanto Federais.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 89, §2º).**



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**A Contratante se obriga a:**

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;
- b) Receber o objeto em dias úteis, no horário das estabelecido neste termo;
- c) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.
- e) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR E GARANTIA.**

- a) As obrigações da Contratada são as resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021, demais normas pertinentes, bem como, às previstas no Termo de Referência;
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela (contratada) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- d) Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto;
- e) Fazer acompanhar, quando da entrega dos serviços, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes;
- f) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação para tal;
- g) Comunicar a Contratante, verbalmente no prazo de 03 (três) dias e por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, ainda que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;
- h) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive locomoção, quaisquer outras que forem devidas, quer em relação à execução do fornecimento, quer em relação aos empregados;
- i) Responsabilizar pelos danos causados à Administração e a terceiros decorrentes da execução do contrato;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021);

k) Manifestar o recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio dos mesmos;

l) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar á Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

m) Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

n) Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a SEMAD, acatando as orientações e decisões da Fiscalização.

o) Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão de obra necessária à prestação de todos os serviços.

p) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

q) Assegurar a Contratante o direito de fiscalizar e/ou recusar os materiais/serviços que não estejam de acordo com as condições estabelecidas na Ordem de Serviço, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do Instrumento Contratual.

r) Assumir todas as despesas decorrentes de substituição de quaisquer materiais/serviços recusados pela Contratante.

s) Comunicar a Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

t) Apresentar Preposto, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com a Comissão de Fiscalização da Decoração Natalina de 2024, solicitando às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas;

I – A Contratada deverá informar a Contratante no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, número telefônico fixo ou móvel com aplicativo WhatsApp e e-mail, objetivando a comunicação rápida do Preposto nomeado.

u) O preposto será responsável por:

I – Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;

II – Cumprir e fazer cumprir as diretrizes da Contratante, segundo determinação do(s) Fiscal(is) de Contrato, dentro dos limites do contrato;

III – Reportar-se ao(s) Fiscal(is) de Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

IV – Receber as observações do(s) Fiscal(is) de Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão-de-obra.

v) A Contratada é obrigada a zelar pelo Patrimônio Municipal, objeto do presente Termo de Referência, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados pelos seus funcionários.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E MULTAS e EQUILIBRIO FINANCEIRO (Art. 155 e 156).**

- a) À CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita pela Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas cogentes).
  - I. Advertência;
  - II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:
- b) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- c) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- d) No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;
- e) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho.
- f) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- g) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.
- h) Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:
  - i) Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
  - j) Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
- k) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante, durante a vigência do registro.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- l) Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 156, da Lei nº 14.133/21, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.
- m) Impedimento de Licitar e Contratar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas;
- n) Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 156, IV, da Lei nº 14.133/21.
- o) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.
- p) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte da CONTRATADA, na forma da lei.
- q) Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
- r) Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 105 da Lei nº 14.133/21, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- s) As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos a CONTRATADA.
- t) Nos termos da lei 14.133/21, será admitida a retenção cautelar de valor devido a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, até o esgotamento do processo administrativo. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa CONTRATADA perante o CONTRATANTE, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.
- u) Os procedimentos a serem adotados no âmbito da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços observarão o disposto na lei de licitações.

### **1.1 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art's. 155 e 156)**

01 – Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#)..

02 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**IV. Multa:**

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
2. moratória de 1,0% (Zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- I. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

03 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

04 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

05 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

06 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

07 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

08 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

09 – Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10 – Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12 – O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

14 – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECÔNOMICO-FINANCEIRO**

- a) De acordo com o artigo 65, inciso II, alínea d esclarecemos que para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- b) Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;
- c) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado;
- d) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura de Chupinguaia convocará a empresa beneficiária da presente Ata visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- e) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- f) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura de Chupinguaia a liberará do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL (art. 82).**

#### **1.1 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- a) A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- b) O fornecimento dos produtos será supervisionado, fiscalizado e atestado pelo **Secretário Municipal de cada órgão participante** e Fiscais do contrato designados para tal finalidade, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato celebrado, anotando, inclusive em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 82 da Lei 14.133/21.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

## **1.2 DA GARANTIA CONTRATUAL**

- a) A Licitante vencedora do certame poderá, a critério da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, prestar garantia relativa ao percentual de 5% (cinco por cento) do seu valor total no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Art. 98, da Lei 14.133/21, em uma das modalidades definidas no caput.
- b) A Contratada deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- c) A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, a Contratada deverá apresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;
- d) Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;
- e) A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 15 deste Termo de Referência;
- f) A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO (art. 124).**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 124, da Lei 14.133/21, devidamente comprovado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO (arts. 137 a 139).**

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, de acordo com o previsto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/21.

01. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

02. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

03. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

02. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

05. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

06. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

07. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

08. Indenizações e multas.

09. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO (art. 117).**

Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei 14.133/21 e alterações, cabe ao Município, a seu critério, através da, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da prestação dos serviços ora licitados, sem prejuízo da obrigação deste de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 1º - A Contratada declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo município.

§ 2º - A existência e a atuação da fiscalização do Município, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à prestação dos serviços ora licitados, e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO (art. 89).**

Fica este Contrato vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico nº 95/2024, e a proposta de preços constante no Processos nº 2142/2024, e as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO (art. 92).**

As partes contratantes elegem o Foro do Município de Vilhena, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Chupinguaia/RO \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Pela Contratante:

Pela Contratada:

\_\_\_\_\_  
**Prefeita Municipal**

\_\_\_\_\_  
**Nome do Responsável  
Função**



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

Nome do Responsável  
**Secretario Municipal**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_

**Visto:**

\_\_\_\_\_

**Procurador Geral.**

\_\_\_\_\_





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26-2024.**

**PROCESSO Nº 2142/2024.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/SRP/2024.**

No dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, no Município de Chupinguaia/RO, inscrito(a) no CNPJ 01.587.887/0001-29, com sede à Avenida vinte e sete, nº 1133 CEP 78995-800, Chupinguaia-RO neste ato legalmente representado por SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO, portador do CPF nº 29667959805, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

**EMPRESA DETENTORA DO CERTAME**

Empresa: \_\_\_\_\_

Inscrita no CNPJ: \_\_\_\_\_

Representante: \_\_\_\_\_

Qualificação: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário:	Valor Total:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, e assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, de acordo com todas as especificações técnicas descrita neste Edital **com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal, nº 3.710 de 13 de dezembro de 2011.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- a) Os registros de preços no âmbito do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia encontram-se regulamentados pelo Decreto Municipal nº 3.710/2011.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- b) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, fixado no art. 84, da Lei nº 14.133/21.
- c) Será permitido o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/21, desde que obedecida as previsões legais do **DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 e suas alterações.**
- d) As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.
- e) As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador ou órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata.

**01.1 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES (IN 6, DE 25 DE JULHO DE 2014 E ART. 27 DEC. 7.892/13).**

a) Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, em conformidade com a IN. 06/2014 e disposto no Art. 27 Decreto nº 7.892/2013, desde que obedecidas a prerrogativas legais dos Referidos Instrumentos Legais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS**

1. A quantidade estimada para contratação deverá ser considerada em termos aproximados, observando a determinação contida no art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/21, apenas quanto aos acréscimos.

2. A existência de preços registrados não obriga o Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data da publicação na Imprensa Oficial do Município, conforme previsto no caput, do art. 84 da Lei Federal 14.133/21.

2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula II, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 83 da Lei Federal 14.133/21.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Caberão ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, nos termos do Decreto Municipal nº 2701/2024 e o Decreto 2700/2024, a administração e o gerenciamento da presente ata, que disciplina o Sistema de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. É vedada a utilização desta Ata pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo após autorização expressa da Administração.
2. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia consolidadas nos autos.
3. Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio ao regulamento acima mencionado, e encaminhado à Comissão de Implantação do sistema de Registro de Preço.

**CLÁUSULA SETIMA – DO PREÇO E RESERVA ORÇAMENTARIA**

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado no certame e estabelecido na Cláusula III deste instrumento, e não poderá ultrapassar o valor total Adjudicado.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

**3. A PARTICIPANTE PODERÁ AINDA UTILIZAR ORÇAMENTO MESMO QUE NÃO ESTEJAM PREVISTO NESTE.**

**4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92)**

5. O valor orçado para a contratação visada no presente Termo de Referência constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pelas demandantes, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.
6. A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados as Secretarias Municipais/orgãos Participante e não Participantes, pela Lei Orçamentária Anual do Município de Chupinguaia, o que englobará Recursos Livres, e Recursos Vinculados tanto Estaduais quanto Federais, onde a demandante deverá demonstra para pedido e emissão de empenho e confecção de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII E ART 56).**

**1.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E GARANTIA**



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- a) As obrigações da Contratada são as resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021, demais normas pertinentes, bem como, às previstas no Termo de Referência;
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela (contratada) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- d) Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto;
- e) Fazer acompanhar, quando da entrega dos serviços, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes;
- f) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação para tal;
- g) Comunicar a Contratante, verbalmente no prazo de 03 (três) dias e por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, ainda que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;
- h) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive locomoção, quaisquer outras que forem devidas, quer em relação à execução do fornecimento, quer em relação aos empregados;
- i) Responsabilizar pelos danos causados à Administração e a terceiros decorrentes da execução do contrato;
- j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- k) Manifestar o recebimento da Ordem de Fornecedor/Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio dos mesmos;
- l) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- m) Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.
- n) Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a SEMAD, acatando as orientações e decisões da Fiscalização.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

o) Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão de obra necessária à prestação de todos os serviços.

p) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

q) Assegurar a Contratante o direito de fiscalizar e/ou recusar os materiais/serviços que não estejam de acordo com as condições estabelecidas na Ordem de Serviço, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do Instrumento Contratual.

r) Assumir todas as despesas decorrentes de substituição de quaisquer materiais/serviços recusados pela Contratante.

s) Comunicar a Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

t) Apresentar Preposto, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com a Comissão de Fiscalização da Decoração Natalina de 2024, solicitando às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas;

I – A Contratada deverá informar a Contratante no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, número telefônico fixo ou móvel com aplicativo WhatsApp e e-mail, objetivando a comunicação rápida do Preposto nomeado.

u) O preposto será responsável por:

I – Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;

II – Cumprir e fazer cumprir as diretrizes da Contratante, segundo determinação do(s) Fiscal(is) de Contrato, dentro dos limites do contrato;

III – Reportar-se ao(s) Fiscal(is) de Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;

IV – Receber as observações do(s) Fiscal(is) de Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão-de-obra.

v) A Contratada é obrigada a zelar pelo Patrimônio Municipal, objeto do presente Termo de Referência, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados pelos seus funcionários.

## **1.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;
- b) Receber o objeto em dias úteis, no horário das estabelecido neste termo;
- c) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.
- e) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA, RECEBIMENTO E FORNECIMENTO**

**01 – DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL/CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

**01.1 – DO LOCAL E PRAZO;**

- a) Os serviços constantes do OBJETO serão prestados no Município de Chupinguaia/RO, que abrange a Praça do Paço Municipal, e poderá abranger também a Praça da Entrada da Cidade, Praça da Cidade Alta, Praça da Igreja Matriz, conforme cronograma descrito abaixo.
- b) Havendo necessidade, a Administração poderá solicitar uma reunião prévia com o fornecedor para planejamento da atividade.
- c) O prazo de execução dos serviços, objeto deste Termo, será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço.
- d) Os serviços devem iniciar em até 7 (sete) dias consecutivos após a expedição da Ordem de Serviço, caso haja alteração do cronograma pela Comissão de Fiscalização.

CRONOGRAMA: NATAL 2024		
ETAPA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PERÍODO
1ª	<b>Mobilização:</b> transporte de materiais, produtos, estruturas e pessoal necessários para a prestação do serviço de decoração natalina até a cidade de Chupinguaia/RO.	No prazo de até 07 (Sete) dias, contados da data do empenho ou assinatura do contrato, mediante requisição emitida por setor responsável. Podendo ser prorrogado uma vez por igual período desde que a empresa apresente justificativa aceita pela administração.
2ª	<b>Montagem e Instalação:</b> montagem dos enfeites, figuras luminosas, equipamentos, arranjos e ornamentos, assim como toda instalação elétrica necessária. Ao fim desta etapa todos os dispositivos devem estar em pleno	No prazo de até 07 (Sete) dias, contado da data do empenho ou assinatura do contrato, mediante requisição emitida por setor responsável. Podendo ser prorrogado uma vez por igual período desde que a empresa apresente justificativa aceita



<div data-bbox="695 103 836 241" data-label="Image"> </div> <p style="text-align: center;"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>PREFEITURA DE CHUPINGUAIA</b>  <b>Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</b></p>	<p><b>PROC: 2142/2024</b></p> <p><b>P. E. Nº.: 95/2024</b></p> <p><b>ATA Nº.: 26/2024</b></p>
---	---

	funcionamento e aptos a receber o público da capital.	pela administração.
3ª	<b>Operação e Manutenção:</b> período de funcionamento de todos os enfeites, figuras luminosas, equipamentos, arranjos e ornamentos devem estar em pleno funcionamento durante todo o período.	A contar da data de recebimento da Instalação até 10/01/2025
4ª	<b>Desmontagem e Desmobilização:</b> desmonte dos enfeites, figuras luminosas, equipamentos e ornamentos, assim como a desmobilização de todas as estruturas. Ao fim desta etapa os locais que receberam as decorações natalinas devem estar exatamente como estavam antes das intervenções.	13/01/2025 a 18/01/2025

- e) O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação;
- f) O contrato a ser assinado entre as partes terá sua vigência a partir de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, observado o disposto no art. 84 caputs e parágrafo único da Lei 14.133/2021;
- g) Os objetos deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais;
- h) Os objetos/serviços prestados poderão ser supervisionados por uma Comissão a critério da secretaria, que terá, juntamente com a Requisitante, a incumbência de acompanhar e fiscalizar o serviço;
- i) O objeto/serviços contratado deverá ser entregue de forma integral conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições deste Termo de Referência, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir a completa segurança no transporte;
- j) Qualquer solicitação por parte da CONTRATADA deverá ser dirigida ou entregue ao âmbito da secretaria emissora das Nota de Empenho.
- k) Aceitos os objetos/serviços, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento;
- l) No caso de recusa dos objetos, será comunicado à empresa para que imediatamente se



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

refaça os serviços ou objeto que não esteja de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato;

m) O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.

n) O quantitativo estimado dos serviços deverá ser executado, em consonância com as especificações, normas técnicas e anexos relativos aos itens deste Termo de Referência;

o) Todos os elementos da Decoração Natalina deverá ter suas localizações e/ou alterações se necessárias de forma justificada, com aprovação antecipada pela Comissão de Fiscalização.

p) Todos os materiais elétricos do projeto deverão funcionar na tensão de 220V;

q) A contratação de todos os serviços constantes no Anexo I, acontecerá por meio de locação dos objetos e componentes necessários a decoração e estrutura, ficando a cargo e as expensas da licitante vencedora a remoção dos mesmos após o término das atividades festivas;

r) A CONTRATADA deverá substituir em 24 horas pós-notificação formal do fiscal ou comissão de fiscalização do processo, toda e qualquer peça, elemento, componente e/ou objeto; defeituosa, danificada, furtada e sem funcionamento, durante o período de vigência do contrato, conforme especificação deste Termo.

s) Os serviços deverão serem executados sob a responsabilidade de um (a) engenheiro (a) nomeado (a) pela contratada ou técnico (a) industrial, que acompanhará o andamento dos trabalhos, no prazo proposto.

t) Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente toda a regulamentação aplicável, projetos, especificações, desenhos, detalhes e, ainda, as normas da ABNT, respondendo por quaisquer falhas, atrasos e outras faltas, que deverão ser integralmente sanadas.

u) Caberá a empresa CONTRATADA as providências necessárias para o licenciamento dos serviços a executar se assim for a observância às legislações pertinentes à matéria.

v) O funcionário da empresa contratada deverá ser devidamente equipado com material de EPI conforme orientação das normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.

## **01.2 – DOS INSUMOS DE MÃO DE OBRA, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS.**

a) As especificações e respectivos quantitativos relativos ao custeio dos recursos estimados podem sofrer alterações de natureza técnica em razão de necessidades específicas relacionadas aos serviços descritos neste TERMO, não podendo representar alterações nos custos estimados, devendo a CONTRATANTE formalizar eventual alteração em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas à Contratada.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- b) É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o treinamento, qualificação e quantificação dos recursos de mão de obra, equipamentos e instalações necessários aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências contidas neste Termo de Referência e Anexos, ficando sob sua responsabilidade os respectivos dimensionamentos.
- c) Caso a fiscalização da CONTRATANTE constate que o profissional da CONTRATADA não tem a qualificação necessária, Cultura poderá exigir a substituição imediata da referida mão de obra.
- d) A CONTRATADA deverá indicar e manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente às solicitações da Comissão de Fiscalização de Decoração Natalina.
- e) Comparecendo semanalmente para prestar e/ou providenciar os esclarecimentos necessários. Para as demandas, que deverão ser atendidas no prazo de 24 horas, a SEMAD e a Comissão de Fiscalização comunicarão à Contratada por meio de telefone ou e-mail.
- f) Caberá a CONTRATADA disponibilizar e manter estrutura física com dependências internas e instalações, incluindo almoxarifado.
- g) Todos os materiais de uso corrente necessários à execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência serão fornecidos pela CONTRATADA, inclusive ferramentas, máquinas e equipamentos de proteção e segurança do trabalho (EPIs e EPCs), fazem parte das exigências deste TERMO.

## **02 – DA EXECUÇÃO**

- a) É obrigação da empresa contratada entregar a SEMAD, até a data de início da Segunda Etapa Montagem e Instalação:

I – projeto elétrico contendo a carga individual de cada equipamento instalado, assim como a carga total de cada circuito;

II – projeto de estrutura metálica de cada figura luminosa existente no parque, devendo o item 2.7 Árvore de Natal Gigante possuir projeto independente. Os projetos devem ser assinados por profissionais habilitados e acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), juntamente com o LAUDO ESTRUTURAL E ELETRICO DAS ESTRUTURAS, conforme INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº. 44/2023 do CBM RO.

- b) A empresa contratada, em conjunto com a comissão de fiscalização desta Secretaria, deve realizar vistoria inicial nos locais de atuação antes do início das atividades, de forma a constatar as condições em que cada espaço público ou edificação encontra-se. Ao término da quarta etapa, após a retirada de toda a decoração, os locais devem estar nas mesmas condições iniciais, registradas na vistoria, sendo qualquer despesa com material e



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

mão de obra para reparos de gramado, paredes, postes, calçamentos e etc, de responsabilidade da empresa contratada.

**03 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

O Prazo da Vigência da Ata de Registro de Preços será de 1(um) ano, conforme art. 84 da Lei n.º14.133/2021, contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico (AROM) de Rondônia e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**04 – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA**

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total do ou parcial objeto.

**05 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- a) Prestação do serviço de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência;
- b) Os Serviços deveram ser prestados conforme a solicitação da contratante mediante envio de ordem de compra ou instrumento equivalente (nota de empenho, requisições etc.);
- c) Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
- d) A contratada deverá realizar a os serviços conforme cronograma expresso no item 10.1 do TR, e havendo necessidade, as CONTRATANTES poderão solicitar uma reunião prévia com o fornecedor para planejamento das atividades e horários mais adequados;
- e) Os equipamentos e os serviços de instalação deverão cumprir com as normas vigentes de segurança, bem como os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação, afim de evitar quaisquer problemas técnicos durante a realização do evento.
- f) A contratada deverá substituir às suas expensas, quantos equipamentos e /ou serviços forem necessários para a realização do serviço contratado, não se responsabilizando a contratante por eventuais prejuízos.
- g) Obter, quando necessário, todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com o ônus dos emolumentos previstos em lei;
- h) Manter um colaborador de plantão durante todo o período do evento apto para resolver quaisquer problemas que possam surgir durante a realização dos trabalhos, incluindo consertos emergenciais se for o caso;
- i) Substituir imediatamente qualquer empregado seu que se mostre inconveniente a qualquer pessoa envolvida no evento ou que se apresente ao trabalho em desacordo com as especificações dos serviços contratados.
- j) Todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto da presente contratação, são de responsabilidade única e exclusiva da contratada, respondendo o Município apenas e tão somente pelo pagamento dos serviços contratados.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

k) A contratada é a única e exclusiva responsável pelos acidentes/prejuízos advindos da presente contratação, devendo zelar, sempre, pelas normas de segurança do trabalho, assim como o uso de todo e qualquer material/equipamento que contribua para a segurança dos serviços, responde pelos danos causados diretamente a contratada e/ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do objeto.

l) Manter o local de trabalho em ordem em toda a execução do serviço, e concluída a realização do evento, a área deverá ser entregue limpa e dispendida de quaisquer entulhos, equipamentos, e/ou restos de materiais inerente aos serviços prestados sob pena de não ser o serviço recebido como concluído pelo responsável do órgão requisitante.

m) Deverá a contratada manter, durante a execução do objeto, compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

n) Estão incluídas no valor da contratação as despesas relacionadas com o transporte do item requisitado, tanto para instalação quanto para remoção, bem como os equipamentos necessários para instalação, como por exemplo estruturas metálicas e outros.

o) Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

p) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

q) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à entrega dos produtos/serviços contratados;

r) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do presente objeto;

s) Não será aceito em hipótese alguma, o objeto fora das especificações exigidas neste Estudo Técnico Preliminar;

t) Caso não seja possível a execução do serviço na data prevista no cronograma de eventos, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

#### **CLÁUSULA DECIMA – DO PAGAMENTO**

a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

I - O pagamento se dará de forma parcelada, de acordo com as seguintes etapas:

1ª – Etapa Mobilização: 25% do valor total contratado;

2ª – Etapa Montagem e Instalação: 40% do valor contratado;

3ª – Etapa Operação e Manutenção: 25% do valor contratado;

4ª – Etapa Desmontagem e Desmobilização: 10% do valor contratado.

e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.

h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e

II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

1. O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções a CONTRATADA, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.1 As sanções de que trata o “caput” desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Rescisão do Contrato;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Chupinguaia, por um prazo não superior a dois anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após, decorrido o prazo da sanção aplicada.





**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

f) Multa de mora de 0,05% sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto, salvo comprovadamente justificado pela contratada e aceito pela Excelentíssima Prefeita Municipal. Ultrapassado esse prazo, a contratada ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 2% do valor do contrato.

2. O valor da multa aplicada por ocasião do descumprimento do presente contrato será descontado do pagamento e quando for o caso; cobrada judicialmente.

3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea “f”, facultado a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

4. Ficam asseguradas as condições também estabelecidas no termo de referência mesmo não estando elencadas neste.

**1. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS FISCALIZAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL (Lei Federal nº 14.133/21, arts. 156 e 157 e in 05/2017)**

- a) Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA que deixar de cumprir com o previsto no Instrumento Contratual, ressalvado a hipótese de forma maior e caso fortuito, sofrerá as seguintes sanções:
- b) Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, I, II e III, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor do instrumento contratual.
- c) Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado.
- d) A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e Prefeitura Municipal de Chupinguaia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- e) A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, será deduzido da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- f) As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- g) De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- h) A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- i) São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005: a) Inexecução total ou parcial do contrato; b) Apresentação de documentação falsa; c) Comportamento inidôneo; d) Fraude fiscal; e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
- j) As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.
- k) À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as penalidades prescritas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas cogentes conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie.
- l) A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a Rescisão Contratual.
- m) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

## **1.1 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- a) A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- b) O fornecimento dos produtos será supervisionado, fiscalizado e atestado pelo **Secretário Municipal de cada órgão participante** e Fiscais do contrato designados para tal finalidade, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato celebrado, anotando, inclusive em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo,



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 117 da Lei 14.133/21.

- c) A fiscalização da contratação será exercida pelo Secretário Municipal responsável pela pasta das participantes, ou por outro representante designado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- d) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

## **1.2 DA GARANTIA CONTRATUAL**

- a) A Licitante vencedora do certame poderá, a critério da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, prestar garantia relativa ao percentual de 5% (cinco por cento) do seu valor total no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Art. 98, da Lei 14.133/21, em uma das modalidades definidas no §1º.
- b) A Contratada deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- c) A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, a Contratada deverá apresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;
- d) Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;
- e) A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 15 deste Termo de Referência;
- f) A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

## **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

1. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 124 da Lei Federal 14.133/21 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006.

## **2 DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- a) De acordo com o artigo 65, inciso II, alínea d esclarecemos que poderá ser revisto a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado,



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

- ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- b) Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;
  - c) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado;
  - d) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura de Chupinguaia convocará a empresa beneficiária da presente Ata visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - e) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
  - f) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura de Chupinguaia a liberará do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.
  - g) Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
  - h) Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 124 da Lei Federal 14.133/21 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006 e em consonância com o Decreto Federal de n. [7.892/2013](#).

### **CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
  - 1.1. pela Administração, quando:
    - 1.1.1. O licitante vencedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
    - 1.1.2. O licitante vencedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;
    - 1.1.3. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;
    - 1.1.4. Por razões de interesse públicas, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
  - 1.2. Pelo licitante vencedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
    - 1.2.1. A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
2. A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.



**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

#### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS**

A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Comissão de Implantação do Sistema do Registro de Preço.

#### **CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Integra esta Ata o edital de **Pregão Eletrônico nº. 95/2024**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos dos **Processo nº 2142/2024**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela **HOMOLOGAÇÃO** do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico nº. 95/2024, pela Excelentíssima Senhora Prefeita de Chupinguaia, Estado de Rondônia.
3. E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Chupinguaia – RO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**  
Prefeita de Chupinguaia  
**Gestão 2021 a 2024.**

**EMPRESA VENCEDORA**  
CNPJ:



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2024/SRP.**  
**MODO DE DISPUTA ABERTO**  
**EXCLUSIVO MEI, ME e EPP**

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Agente de Contratação/Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal de nº 2.701/2024, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **Menor Preço Por Lote**. Nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a Formação do **Registro de Preços**, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de iluminação ornamental e engenharia sob a forma de locação, montagem e instalação, contemplando a manutenção e desmobilização de elementos decorativos diversos que compõem a decoração natalina de 2024 do Município de Chupinguaia, e assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD. Processo Administrativo nº **2142/2024**. Valor total de R\$: 357.818,06 (trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezoito reais e seis centavos). Data para recebimento de proposta às **08:00** horas do dia **18 de novembro de 2024**; data para término de recebimento de proposta às **08:00** horas do dia **02 de dezembro de 2024**; data da abertura de propostas: às **08:30 horas do dia 02 de dezembro de 2024**; data de início da sessão pública: às **09:00 horas do dia 02 de dezembro de 2024**; horário de Brasília – DF, local [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) “acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência [www.chupinguaia.ro.gov.br](http://www.chupinguaia.ro.gov.br), maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

**Publique-se!**

CHUPINGUAIA, 18 de novembro de 2024

**MOISES CAZUZA DE ANDRADE**  
Pregoeiro





**PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA  
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

**PROC: 2142/2024**

**P. E. Nº.: 95/2024**

**ATA Nº.: 26/2024**

**À  
PROCURADORIA**

Senhor (a) Procurador (a)

Solicito a Vossa Senhoria, proceder com análise prévia dos atos praticados no Edital do Pregão na sua forma Eletrônica n.º 95/2024, e seus anexos, juntamente com a Minuta do Contrato.

Após análise e parecer, solicito a devolução deste para darmos prosseguimento aos trâmites licitatórios.

Em, 07 de novembro de 2024

**MOISES CAZUZA DE ANDRADE**  
Pregoeiro